Distribuição 100% gratuita – Clube de Revistas

**RIO DE JANEIRO** ALÉM DE APERTAR O CERCO AOS MANDANTES, A PF SEGUE NO ENCALÇO DOS INTERESSADOS EM ATRAPALHAR A APURAÇÃO DO ASSASSINATO DE MARIELLE FRANCO

**ENERGIA** PARA SE ADAPTAR À TRANSIÇÃO SUSTENTÁVEL, O BRASIL TERÁ DE REORGANIZAR O SETOR ELÉTRICO, MODELO BEM-SUCEDIDO TRANSFORMADO EM FRANKENSTEIN


# CartaCapital

cartacapital.com.br

basset editora

ANO XXIX Nº 1297 R$ 31,90
14 DE FEVEREIRO DE 2024
01297
9 771809 669002

# INVENCÍVEL

## POR QUE O BRASIL NÃO CONSEGUE CONTROLAR A DENGUE?

Distribuição 100% gratuita - Clube de Revistas

FENAE

A Fenae está há mais de cinco décadas ao lado do empregado da Caixa.

Acompanhamos as lutas e caminhamos juntos em defesa dos bancários da Caixa.

Defendemos a Caixa pública, forte e social para um Brasil melhor.

FENAE

FEDERAÇÃO NACIONAL DAS ASSOCIAÇÕES
DO PESSOAL DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Distribuição 100% gratuita - Clube de Revistas

Conheça mais sobre a Fenae, aponte a câmera do seu celular para o QR Code.

**Acesse e saiba mais::**

/fenaefederacao

@fenaefederacao

www.fenae.org.br

/company/fenae-federacao

(61) 98142 8428

Distribuição 100% gratuita - Clube de Revistas

CartaCapital

14 DE FEVEREIRO DE 2024 • ANO XXIX • Nº 1297

6 A SEMANA

11 PEDRO SERRANO

## Seu País

18 RIO DE JANEIRO A PF mira os interessados em atrapalhar as investigações do caso Marielle Franco

22 ELEIÇÃO Lula move-se para derrotar o bolsonarismo na capital paulista

26 SÃO PAULO Prefeitura entrega hospital de referência em aborto legal a militante "pró-vida"

30 VIOLÊNCIA POLICIAL O legado de inovações da segurança paulista corre sérios riscos

32 ARTIGO O Congresso precisa aprovar um plano de risco ambiental para as mineradoras

## Economia

34 TRANSIÇÃO ENERGÉTICA Vista como solução, a mudança também implica incontáveis desafios

37 PAULO NOGUEIRA BATISTA JR.

38 BELLUZZO Dados revelam o êxito de Guido Mantega

40 ANÁLISE O novo plano industrial representa uma emancipação do complexo da mídia e da Faria Lima

## Nosso Mundo

42 EUA Taylor Swift vira assunto central na disputa entre Donald Trump e Joe Biden

46 FACEBOOK Zuckerberg é obrigado a mais um ato de contrição, mas as redes ainda são uma terra sem lei

**Capa:** Pilar Velloso. Fotos: iStockphoto

**Os *swifities*, fãs da cantora, teriam o condão de decidir as eleições nos EUA? Pág. 42**

MILEN CAMP-PATRICK E KEKE KEUKELAAR

# Plural

48

TIRAR DOS SUPER-RICOS

A ECONOMISTA INGRID ROBEYNS, CRIADORA DA FILOSOFIA DO LIMITARISMO, PROPÕE UM TETO PARA A FORTUNA DOS MULTIMILIONÁRIOS

52 LITERATURA Livro infantil nasce de poema escrito à mão por Graciliano Ramos

56 SÉRIE *Operação Condor* percorrerá sete países

57 AFONSINHO 58 CHARGE *Por Venes Caitano*

12

ZUMBIDO ENSURDECEDOR

HÁ 40 ANOS O BRASIL PERDE A BATALHA CONTRA O *AEDES AEGYPTI*, MAS NÃO POR FALTA DE SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS

Distribuição 100% gratuita - Clube de Revistas

CartaCapital

**DIRETOR DE REDAÇÃO:** Mino Carta

**REDATOR-CHEFE:** Sergio Lirio
**EDITOR-EXECUTIVO:** Rodrigo Martins
**CONSULTOR EDITORIAL:** Luiz Gonzaga Belluzzo
**EDITORES:** Ana Paula Sousa, Carlos Drummond e Mauricio Dias
**REPÓRTER ESPECIAL:** André Barrocal
**REPÓRTERES:** Fabíola Mendonça (Recife), Mariana Serafini e Maurício Thuswohl (Rio de Janeiro)
**SECRETÁRIA DE REDAÇÃO:** Mara Lúcia da Silva
**DIRETORA DE ARTE:** Pilar Velloso
**CHEFES DE ARTE:** Mariana Ochs (Projeto Original) e Regina Assis
**DESIGN DIGITAL:** Murillo Ferreira Pinto Novich
**FOTOGRAFIA:** Renato Luiz Ferreira (Produtor Editorial)
**REVISOR:** Hassan Ayoub
**COLABORADORES:** Afonsinho, Aldo Fornazieri, Alysson Oliveira, André Costa Lucena, Antonio Delfim Netto, Boaventura de Sousa Santos, Cássio Starling Carlos, Célia Xakriabá, Celso Amorim, Ciro Gomes, Claudio Bernabucci (Roma), Djamila Ribeiro, Drauzio Varella, Emmanuele Baldini, Esther Solano, Flávio Dino, Gabriel Galípolo, Guilherme Boulos, Hélio de Almeida, Jaques Wagner, José Sócrates, Leneide Duarte-Plon, Lídice da Mata, Lucas Neves, Luiz Roberto Mendes Gonçalves (Tradução), Manuela d'Ávila, Marcelo Freixo, Marcos Coimbra, Maria Flor, Marília Arraes, Murilo Matias, Ornilo Costa Jr., Paulo Nogueira Batista Jr., Pedro Serrano, René Ruschel, Riad Younes, Rita von Hunty, Rogério Tuma, Rui Marin Daher, Sérgio Martins, Sidarta Ribeiro, Vilma Reis, Walfrido Warde e Wendal Lima do Carmo
**ILUSTRADORES:** Eduardo Baptistão, Severo e Venes Caitano

**CARTA ONLINE**
**EDITORA-EXECUTIVA:** Thais Reis Oliveira
**EDITORES:** Getulio Xavier e Leonardo Miazzo
**REPÓRTERES:** Ana Luiza Rodrigues Basilio (CartaEducação), Camila Silva, Marina Verenicz e Victor Ohana
**VÍDEO:** Carlos Melo (Produtor)
**ESTAGIÁRIOS:** Sebastião Moura
**REDES SOCIAIS:** Caio César
**SITE:** www.cartacapital.com.br

basset editora

**EDITORA BASSET LTDA.** Rua da Consolação, 881, 10º andar. CEP 01301-000, São Paulo, SP. Telefone PABX (11) 3474-0150

**PUBLISHER:** Manuela Carta
**GERENTE DE TECNOLOGIA:** Anderson Sene
**ANALISTA DE MARKETING E PLANEJAMENTO:** Gabriela Bertolo
**NOVOS PROJETOS:** Demetrios Santos
**AGENTE DE BACK OFFICE:** Verônica Melo
**CONSULTOR DE LOGÍSTICA:** EdiCase Gestão de Negócios
**EQUIPE ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA:** Fabiana Lopes Santos, Fábio André da Silva Ortega, Raquel Guimarães e Rita de Cássia Silva Paiva

**REPRESENTANTES REGIONAIS DE PUBLICIDADE:**
**RIO DE JANEIRO:** Enio Santiago, (21) 2556-8898/2245-8660, enio@gestaodenegocios.com.br
**BA/AL/PE/SE:** Canal C Comunicação, (71) 3025-2670 – Carlos Chetto, (71) 9617-6800/ Luiz Freire, (71) 9617-6815, canalc@canalc.com.br
**CE/PI/MA/RN:** AG Holanda Comunicação, (85) 3224-2267, agholanda@Agholanda.com.br
**MG:** Marco Aurélio Maia, (31) 99983-2987, marcoaureliomaia@gmail.com
**OUTROS ESTADOS:** comercial@cartacapital.com.br

**ASSESSORIA CONTÁBIL, FISCAL E TRABALHISTA:** Firbraz Serviços Contábeis Ltda. Av. Pedroso de Moraes, 2219 – Pinheiros – SP/SP – CEP 05419-001. www.firbraz.com.br, Telefone (11) 3463-6555

**CARTACAPITAL** é uma publicação semanal da Editora Basset Ltda. CartaCapital não se responsabiliza pelos conceitos emitidos nos artigos assinados. As pessoas que não constarem do expediente não têm autorização para falar em nome de CartaCapital ou para retirar qualquer tipo de material se não possuírem em seu poder carta em papel timbrado assinada por qualquer pessoa que conste do expediente. Registro nº 179.584, de 23/8/94, modificado pelo registro nº 219.316, de 30/4/2002 no 1º Cartório, de acordo com a Lei de Imprensa.

**IMPRESSÃO:** Plural Indústria Gráfica - São Paulo - SP
**DISTRIBUIÇÃO:** S. Paulo Distribuição e Logística Ltda. (SPDL)
**ASSINANTES:** Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos

Instituto Verificador de Comunicação IVC
ANER www.aner.org.br

CENTRAL DE ATENDIMENTO

*Fale Conosco:* http://Atendimento.CartaCapital.com.br
De segunda a sexta, das 9 às 18 horas – exceto feriados

*Edições anteriores:* avulsas@cartacapital.com.br

# CARTAS CAPITAIS

## *BISBILHOTEIROS*

Se nenhum integrante da família Bolsonaro for preso com este escândalo, creio que eles poderão fazer de tudo mesmo e ninguém os impedirá. É um absurdo que, em tantos casos envolvendo os mesmos nomes, não haja justiça.
*Leandro de Sousa*

## *A TEIA DA MENTIRA*

O campo progressista inteiro subestimou e continua subestimando essa turma. Especialmente uma ala do PT que ainda acredita na falácia de que a extrema-direita é formada somente por ignorantes e trogloditas.
*César Augusto Hulsendeger*

O escândalo da Abin é de uma dimensão espantosa. Não foi somente a espionagem ilegal de 30 mil pessoas durante o governo passado, entre as quais se incluem ministros do Supremo, governadores, parlamentares e até a promotora do caso Marielle, sendo os dados armazenados em Israel, às escondidas das autoridades brasileiras. Foram vazadas ainda informações privilegiadas em favor da família Bolsonaro. Diante de tudo descrito, a alegação do presidente do PL, Waldemar Costa Neto, de que se trata de perseguição política ao deputado Ramagem soa como piada de mau gosto.
*Sylvio Belém*

## *APRENDIZ DE DITADOR*

A "Abin paralela" foi montada dentro da lógica terraplanista, no mais genuíno amadorismo de espionagem que se pode imaginar. Sabemos de todas as más intenções de Bolsonaro para se perpetuar no poder de maneira autoritária, corrupta e miliciana. Felizmente, a incompetência do ex-capitão e de toda a sua equipe deixou rastros. A Polícia Federal não deve ter muito trabalho em desvendar o caso e desmantelar essa estrutura.
*Paulo Sérgio Cordeiro*

## *DESMONTE*

Na verdade, a educação neste país sempre foi posta em segunda ordem ou em ordem nenhuma. Tarcísio só está acompanhando a toada do descaso. O pior é que essa atitude não causa indignação na população.
*José Carlos Gama*

## *E O RABO ABANA O CACHORRO*

Ao menos por enquanto, o Brasil é o único país do mundo onde o mocinho é preso e o bandido anda solto, arrastando as botas e as esporas de ouro.
*Luiz Fernandes*

O agronegócio, a meu ver, não é uma grande solução para o País, a julgar pelos dados apresentados. País rico é, antes de tudo, industrializado, como vemos em todas as grandes economias. A manufatura gera maior valor agregado e salários muito melhores. Além disso, o setor de Serviços representa a maior parte do PIB em qualquer economia atualmente.
*Antonio Sonnemaker*

## *NINGUÉM PARA TRÁS*

Achei a ideia fantástica e espero que ela seja posta em prática. Se seguir os caminhos tortuosos da Lei 11738/2008, os estudantes vão ter de esperar em pé, pois 99% dos governantes nunca pagaram o piso nacional do magistério.
*Cleuza Carneiro*

**CARTAS PARA ESTA SEÇÃO**

E-mail: cartas@cartacapital.com.br, ou para a Rua da Consolação, 881, 10º andar, 01301-000, São Paulo, SP.
•Por motivo de espaço, as cartas são selecionadas e podem sofrer cortes. Outras comunicações para a redação devem ser remetidas pelo e-mail **redacao@cartacapital.com.br**

CLUBE DE

# REVISTAS

**Entre em nosso grupo no Telegram t.me/clubederevistas**

**Clique aqui!**

**Tenha acesso as principais revistas do Brasil de forma gratuita!**

Distribuição 100% gratuita - Clube de Revistas

# A Semana

## Farra bolsonarista no Bolsa Família

Em nova etapa da revisão do CadÚnico, o governo federal excluiu 1,7 milhão de famílias unipessoais, compostas de apenas um integrante, do grupo de beneficiários do Bolsa Família. Isso porque, apesar de afirmarem no cadastro que moravam sozinhas, essas pessoas dividiam a casa com outros familiares, o que caracteriza a irregularidade dos dados. De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social, o número de famílias unipessoais cresceu 220% durante o governo de Jair Bolsonaro. Os registros saltaram de 1,84 milhão, em dezembro de 2018, para 5,88 milhões em 2022.

Judiciário/

## Parceria escusa

Toffoli determina que Transparência Internacional seja investigada por gerir recursos da Lava Jato

O ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal, determinou que a Transparência Internacional seja investigada por apropriação indevida de recursos públicos na época da Lava Jato. A decisão é uma resposta à notícia-crime apresentada pelo deputado Rui Falcão, do PT, e pelos advogados Marco Aurélio de Carvalho e Fernando Hideo Lacerda.

A peça, revelada em primeira mão por *CartaCapital* em 2021, questiona a cooperação entre o Ministério Público Federal e a ONG sediada em Berlim para gerir uma multa de 2,3 bilhões imposta ao Grupo J&F. No despacho, Toffoli diz que a instituição privada pode ter recebido valores que deveriam ter sido destinados ao Tesouro Nacional: "Tal providência faz-se necessária especialmente para investigar eventual apropriação indevida de recursos públicos por parte da Transparência Internacional e seus responsáveis".

Em 2021, *CartaCapital* apontou uma estreita colaboração da Transparência Internacional com a força-tarefa da Lava Jato em Curitiba, desnudada por diálogos entre procuradores interceptados por um *hacker* e apreendidos na Operação Spoofing. Em fevereiro de 2017, Deltan Dallagnol cita uma parceria com a ONG para criar um "selo" para candidatos às eleições de 2018 que "se comprometam com as dez medidas de combate à corrupção".

Diálogos entre Bruno Brandão, diretor-executivo da Transparência Internacional no Brasil, e Dallagnol, então chefe da força-tarefa, revelam que a ONG era convocada a defender a Lava Jato em artigos e entrevistas. Em maio de 2018, Dallagnol pediu a Brandão uma defesa pública do procurador Fernando Santos Lima, alvo de investigação por quebra de decoro no Conselho Nacional do Ministério Público.

**O dinheiro deveria ter sido destinado ao Tesouro Nacional, avalia o ministro**

"Se a TI fizesse uma nota falando sobre a importância da liberdade de expressão dos membros do MP, atendidos os limites legais", sugere Dallagnol. Alguns dias depois, Brandão responde: "Conseguimos. Vou tentar escrever algo amanhã". Em 22 de maio, a ONG publicou um texto, expressando sua "preocupação com a ameaça ao direito de liberdade de expressão de procuradores e promotores de Justiça". Dallagnol então orienta: "Não precisa ter repercussão. (...) Faremos chegar a quem importa".

A Transparência Internacional diz que jamais recebeu repasses do acordo de leniência do Grupo J&F: "Através de acordos formais e públicos, que vedavam explicitamente o repasse de recursos à organização, a TI Brasil produziu e apresentou estudo técnico com princípios, diretrizes e melhores práticas de transparência e governança para a destinação de 'recursos compensatórios' (*multas e recuperação de ativos*) em casos de corrupção".

GILMAR FELIX/AG. CÂMARA, MARCELO CAMARGO/ABR E G.DETTMAR/AGÊNCIA CNJ

Distribuição 100% gratuita - Clube de Revistas



# STF/ Prisão confirmada

Gilmar Mendes nega novo pedido de liberdade de Silvinei Vasques

O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal, negou novo pedido de liberdade de Silvinei Vasques, diretor da Polícia Rodoviária Federal no governo de Jair Bolsonaro. O policial argumenta que precisa de uma alimentação especial por ser intolerante a glúten e ter dificuldade de absorver nutrientes. Em dezembro, o ministro Alexandre de Moraes já havia recusado esse pedido, mas a defesa apresentou recurso à Corte. Mendes esclareceu não ter poder de revisar decisões de outros ministros do STF.

Vasques está preso desde agosto do ano passado, após ser alvo de uma operação da Polícia Federal que investiga o suposto uso da máquina pública para interferir nas eleições de 2022. Por determinação do então diretor da PRF, agentes da corporação intensificaram a fiscalização nas rodovias federais em 30 de outubro daquele ano, o que dificultou o deslocamento de eleitores no segundo turno da disputa presidencial. As *blitze* foram concentradas em estradas do Nordeste, onde Lula teve expressiva votação no primeiro turno e confirmou o favoritismo na etapa decisiva.

**O ex-diretor da PRF alega ter intolerância a glúten**

## Tabu racial no Exército

O general André Luiz Aguiar Ribeiro assumiu, em dezembro do ano passado, o comando da 6ª Região Militar, responsável pelas tropas do Exército nos estados da Bahia e Sergipe. Ele é um dos raros negros a chegar a uma posição de alto comando nas Forças Armadas. À *Folha de S.Paulo*, o ex-militar e pesquisador Sionei Leão, autor do livro *Kamba'Race – Afrodescendências no Exército Brasileiro* (Fundação Astrojildo Pereira), confirmou que o oficial é apenas a terceira pessoa de pele preta a atingir o segundo degrau da patente mais importante da força terrestre: "General de Divisão, três estrelas". Em mais de 200 anos de história, nenhum negro atingiu o degrau mais alto da carreira no Exército, o de general de quatro estrelas. Ribeiro tem a chance de superar esse lamentável tabu.

# First Mile/ "MINORIA PODE TER DESVIRTUADO"

RAMAGEM ADMITE POSSÍVEIS "ATIVIDADES ILÍCITAS" NA ABIN SOB SUA GESTÃO

Pivô do escândalo de espionagem na Agência Brasileira de Inteligência, o deputado Alexandre Ramagem admitiu, em entrevista ao Metrópoles, a possibilidade de que tenham ocorrido "atividades ilícitas" no órgão durante a sua gestão. A Polícia Federal investiga se a estrutura da Abin foi utilizada para espionar ilegalmente adversários de Jair Bolsonaro, em uma operação que cumpriu mandados de busca e apreensão em endereços ligados ao próprio Ramagem e ao vereador Carlos Bolsonaro.

Ainda assim, Ramagem se diz vítima de perseguição e aponta, como possível responsável pelo uso indevido do programa espião First Mile, o agente Paulo Maurício Fortunato, diretor de Operações da Abin ao longo de sua gestão. O servidor foi afastado de suas funções por decisão do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal. Na casa de Fortunato, os agentes da PF apreenderam 170 mil dólares em espécie, o equivalente a mais de 800 mil reais – uma "poupança familiar", segundo a versão apresentada por sua defesa.

Sem apresentar provas, Ramagem sustenta que as primeiras apurações internas a respeito da conduta do servidor ocorreram sob sua tutela. "Eu que fiz toda apuração, que gerou a exoneração dele", afirmou ao Metrópoles. "Por que eu agora estou sendo investigado? Esse é o absurdo da perseguição". O ex-diretor da Abin deve prestar depoimento à PF no fim de fevereiro.

**Ele alega ter iniciado a apuração contra servidor afastado pelo STF**

Distribuição 100% gratuita - Clube de Revistas



## Morre Piñera

Um acidente de helicóptero abreviou a vida de Sebastián Piñera, ex-presidente do Chile de 74 anos. O acidente aconteceu na tarde da terça-feira 6 na zona rural de Ilihue, a 920 quilômetros da capital Santiago. Piñera pilotava o helicóptero e estava acompanhado de três passageiros, segundo informações oficiais. O empresário de direita governou o país duas vezes, de 2010 a 2014 e de 2018 a 2022. No segundo mandato, explodiram os protestos que resultaram na proposta de mudança constitucional, posteriormente rejeitada em duas ocasiões pelos chilenos, e na eleição do jovem esquerdista Gabriel Boric. Em mensagem, o presidente Lula declarou-se "surpreso e triste".

Argentina/

# De ônibus a van

O pacotaço de Milei volta à estaca zero no Congresso

Na segunda-feira 5, o presidente da Argentina, Javier Milei, deu início a uma insólita viagem internacional. Milei passou por Israel, a nova meca da extrema-direita global, antes de seguir ao Vaticano, onde se encontrará com o papa Francisco, a quem xingava até outro dia de "comunista" e "representante do mal". O autoproclamado libertário decidiu iniciar o *tour* sem saber o desfecho da votação dos principais pontos do pacotaço de medidas enviadas ao Parlamento. Na quinta-feira 1º, após muitos impasses e intensa negociação, os deputados aprovaram uma versão desidratada da chamada "lei-ônibus", que na forma final bem poderia ser chamada de "lei-van". Nem assim. Na terça-feira 6, a oposição impôs derrotas dolorosas ao governo na votação dos principais pontos das medidas e obrigou a base a propor uma manobra inédita no Congresso: reiniciar a tramitação da proposta. Enquanto Milei visitava o Muro das Lamentações em Jerusalém, seus representantes descumpriam os compromissos assumidos com governadores e parlamentares "independentes". Em vez de apresentar as compensações prometidas, a tropa de choque de Milei preferiu manter o clima de campanha: atacou os opositores e possíveis aliados e insistiu na "denúncia" da casta política, apesar de a espinha dorsal da equipe ser formada por nomes tradicionais da direita argentina. "O limite de tolerância foi ultrapassado. É uma nova bobagem a cada dia", afirmou ao *Página 12* um deputado moderado antes disposto a chegar a um acordo com os governistas. O Brasil assistiu a este filme recentemente.

MOHAMMED ABED/AFP E CIARAN MCCRICKARD/WEF

Distribuição 100% gratuita - Clube de Revistas

# Gaza/ **Acordo incerto**

Aumenta o ceticismo em torno das negociações de uma trégua

Nos últimos dias, o medo derrotou a esperança no Oriente Médio. Um certo silêncio paira sobre as negociações de uma trégua de 35 dias e uma nova troca de reféns israelenses por prisioneiros palestinos. Os ataques à Faixa de Gaza continuam, por sua vez, intensos. Segundo especialistas de Direitos Humanos, Israel tem destruído de forma sistemática edifícios na fronteira com o intuito de criar um muro de destroços, uma espécie de zona-tampão no enclave. "Há evidências crescentes de que querem tornar inabitáveis grandes porções de Gaza", afirmou Nadia Hardman, da Human Rights Watch. Familiares de reféns israelenses nas mãos do Hamas também se mostram cada vez mais preocupados, dada a duração do conflito, que completou cinco meses na quarta-feira 7. "A cada segundo que um negócio não é fechado, o preço sobe. O número de reféns que não regressam vivos aumenta. O número de soldados a arriscar suas vidas sem um plano claro para o dia seguinte aumenta", lamentou Carmit Katzir, irmã do cativo Elad Katzir, durante protesto contra Benjamin Netanyahu em Tel-Aviv. Igualmente aumenta a tensão na região. Os rebeldes houthis voltaram a atacar um navio britânico no Mar Vermelho. Os Estados Unidos revidaram, na sequência de bombardeios no Iêmen, Iraque e Síria. O secretário de Estado norte-americano, Antony Blinken, iniciou uma nova viagem pelo Oriente Médio para acalmar os ânimos e tentar conter um alastramento do conflito. É a quinta turnê. As quatro anteriores não foram suficientes.

**A população de Gaza sofre com os bombardeios e as privações. Israel quer tornar o enclave inabitável?**

## Vingança a galope

Em retaliação ao ataque que matou três soldados norte-americanos em uma base militar na Jordânia, a Força Aérea dos EUA bombardeou alvos na Síria e no Iraque, provocando quase 40 mortes na sexta-feira 2. Segundo Bassem al-Awadi, porta-voz de Bagdá, a ofensiva matou ao menos 16 pessoas no oeste iraquiano, incluindo civis. Já o Observatório Sírio de Direitos Humanos informa que as bombas ianques causaram ao menos 23 baixas. Na véspera, Washington havia anunciado uma operação contra mais de 85 alvos ligados à Guarda Revolucionária do Irã e às milícias que ela apoia, mesmo após Teerã ter negado qualquer participação no ataque com drone à base dos EUA.

Distribuição 100% gratuita - Clube de Revistas



## Luto na Namíbia

O presidente da Namíbia, Hage Geingob, morreu no domingo 4, aos 82 anos, vítima de um agressivo câncer. Ele estava internado em um hospital da capital, Windhoek. O dirigente foi primeiro-ministro por 12 anos, um recorde de longevidade na nação africana, antes de se tornar, em 2014, o terceiro presidente do país. Na juventude, ele lutou pela independência da Namíbia, que pertencia à África do Sul. Por causa do seu ativismo, precisou exilar-se duas vezes: primeiro em Botsuana e, depois, nos EUA. Ao comunicar a morte à população, o vice-presidente, Nangolo Mbumba, que assumiu a Presidência interina, pediu calma e serenidade, "enquanto o governo cuida de todas as providências, preparativos e outros protocolos estatais necessários".

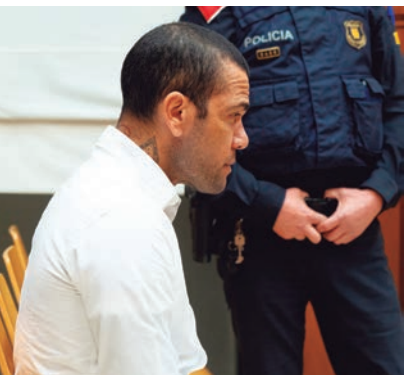
# El Salvador/ **Pinta de ditador**

Nayib Bukele obtém vitória esmagadora nas urnas

O porcentual até se encaixa na anedota sobre certas "democracias", nas quais os ditadores são consagrados com quase 100% da preferência dos eleitores. Depois de nomear juízes amigos e obter uma interpretação heterodoxa da Constituição que lhe permitiu concorrer à reeleição – a Corte Suprema entendeu que a renúncia seis meses antes do pleito era suficiente para derrubar o veto legal a um segundo mandato –, o presidente salvadorenho, Nayib Bukele, amealhou mais de 80% dos votos no domingo 4. "Hoje El Salvador quebrou todos os recordes de todas as democracias em toda a história do mundo", afirmou no discurso de vitória. "Nunca um projeto ganhou com o número de votos que conquistamos hoje. É, literalmente, a porcentagem mais elevada de toda a história." Bukele governa com mão de ferro. Ameaçou no passado fechar o Congresso, impôs estado de exceção em 2022, suspendeu direitos individuais e autorizou prisões em massa, a pretexto de combater as gangues. Há um ano, inaugurou a maior cadeia da América Latina, com capacidade para 40 mil detentos. São inúmeros os relatos de violação dos direitos humanos. Em sua defesa, Bukele exibe a redução dos homicídios: de 100 por 100 mil habitantes, em 2019, para 2,4 em 2023.

**Bukele celebrou a "maior vitória eleitoral da história"**

YURI CORTEZ/AFP E DAVID ZORRAKINO/AFP




**O jogador vai mudar pela quinta vez sua versão dos fatos**

# Espanha/ **DANIEL ALVES NO BANCO**

COMEÇA O JULGAMENTO DO BOLEIRO ACUSADO DE ESTUPRO

Em sua carreira como jogador de futebol, Daniel Alves raramente esquentou o banco de reservas. O ex-lateral direito passará, no entanto, as próximas semanas colado a um, o banco dos réus. O julgamento pela acusação de estupro começou na segunda-feira 5. Cabisbaixo, Alves acompanhou os primeiros depoimentos. Um biombo impedia sua visão da mulher que o acusa e que manteve o depoimento perante o tribunal, reforçado por uma prima e uma amiga. A defesa conseguiu que o boleiro preste depoimento por último. De acordo com relatos da mídia espanhola, o jogador apresentará uma nova versão dos acontecimentos, a quinta: estaria bêbado na ocasião e "sem plena consciência do que fez". Alves está preso de forma preventiva desde 20 de janeiro do ano passado. A Justiça negou quatro pedidos de liberdade provisória, sob a alegação de risco de fuga para o Brasil. O Ministério Público pede pena de nove anos de prisão.

Distribuição 100% gratuita - Clube de Revistas

**PEDRO SERRANO**

Advogado e professor de Direito Constitucional da PUC de São Paulo, é autor, entre outros, de *Autoritarismo e Golpes na América Latina* (Alameda Editorial)

# Proteção à dissidência

▶ Breno Altman tem o direito de opinar sobre Gaza, assim como a população também tem o direito de conhecer pontos de vista divergentes

O jornalista Breno Altman está sendo objeto de ações que visam valer-se do Judiciário para censurar suas opiniões relativas ao conflito entre Israel e Palestina, bem como aos desumanos bombardeios à Faixa de Gaza. É direito do referido jornalista professar suas opiniões, assim como é direito da população conhecer os pontos de vista existentes no tema.

Os direitos à liberdade de expressão e de manifestação do pensamento estão previstos na nossa Constituição e em diversos tratados internacionais, tais como a Declaração Universal dos Direitos Humanos, o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, a Convenção Interamericana de Direitos Humanos, a Carta da Organização dos Estados Americanos e, ainda, a Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem.

Os direitos à manifestação do pensamento (artigo 5º, inciso IV, da Constituição) e à liberdade de expressão (artigo 5º, inciso IX) são indissociavelmente ligados à cidadania e à dignidade da pessoa humana (artigo 1º, inciso III), bem como ao que podemos chamar de participação na vida da *polis* (artigo 1º, inciso II). Essas garantias costumam ser qualificadas como "de primeira geração", as quais compreendem os direitos civis e políticos das chamadas liberdades clássicas, negativas ou formais. Tais direitos são caracterizados pela necessidade de uma postura negativa do Estado, deferente com as liberdades dos indivíduos.

É por essa razão que José Joaquim Gomes Canotilho a elas se refere como "posições fundamentais subjetivas de natureza defensiva". Já José Afonso da Silva entende que a liberdade de opinião amalgama as liberdades de pensamento nas suas várias manifestações. Todas elas asseguram a "liberdade de o indivíduo adotar a atitude intelectual de sua escolha: quer seja um pensamento íntimo, quer seja a tomada de posição pública; liberdade de pensar e dizer o que se crê verdadeiro".

**Ainda com o objetivo** de conferir significado aos direitos à liberdade de pensamento e de expressão, destaque-se que o mesmo é conceituado pelo Pacto de São José da Costa Rica, no seu artigo 13, como "a liberdade de buscar, receber e difundir informações e ideias de toda natureza, sem consideração de fronteiras, verbalmente ou por escrito, ou em forma impressa ou artística, ou por qualquer outro processo de sua escolha".

Analisando o precedente "Brandenburg *v.* Ohio, 395 US 444 (1969)", da Suprema Corte dos EUA, Cass R. Sunstein, na obra *Why Societies Need Dissent?*, consignou que a liberdade de expressão está diretamente relacionada à própria ideia de democracia. Para o autor, a proteção dos "dissidentes" não visa somente salvaguardar individualmente as pessoas que professam determinadas ideias, mas também as inúmeras outras que se beneficiam da coragem daqueles que discordam.

No Brasil, o Supremo Tribunal Federal, no julgamento da ADPF n.º 130, analisou a vetusta Lei de Imprensa de 1967 à luz do chamado regime constitucional da liberdade de informação jornalística, bem como da liberdade de imprensa para, igualmente, reconhecê-la como "verdadeira irmã siamesa da democracia".

Ali restou consignado que a liberdade de imprensa veda a censura, isso em nome da dignidade da pessoa humana e, ainda, em razão das liberdades constitucionais de manifestação do pensamento, de informação e de expressão artística, científica, intelectual e de comunicação.

Com efeito, nossa Constituição, ao dispor sobre a comunicação social no seu artigo 220, assegurou a manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação sob qualquer forma, processo ou veículo, as quais não sofrerão qualquer restrição. Vedou-se, expressamente, toda e qualquer censura de natureza política, ideológica e artística.

Nesses termos, estamos diante de retaguardas constitucionais umbilicalmente atreladas ao pacto social e à noção de democracia. Isto é, ao contrário de singelos direitos subjetivos, assegurar a participação na vida da *polis* é tutelar o que há de mais essencial em termos civilizatórios.

Reconhecendo, acertadamente, a escalada da censura que levou à produção do presente artigo, o Conselho Nacional de Direitos Humanos emitiu "Nota em Repúdio à Tentativa de Censura" ao jornalista Breno Altman, a quem represento no processo movido pela Confederação Israelita do Brasil, a Conib. Não se trata de proteger um "dissidente" individualmente considerado, mas o pleno direito dos cidadãos ao acesso às diversas opiniões sobre o tema. •

redacao@cartacapital.com.br

BAPTISTÃO

Distribuição 100% gratuita - Clube de Revistas



# Zumbido ensurdecedor

## HÁ 40 ANOS O BRASIL PERDE A BATALHA CONTRA O *AEDES AEGYPTI*, MAS NÃO POR FALTA DE SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS

*por* FABÍOLA MENDONÇA

À vésperas dos festejos de Carnaval, o prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes, decretou situação de emergência na saúde pública, em decorrência do avanço dos casos de dengue. Somente em janeiro deste ano, a capital fluminense teve mais de 11 mil casos confirmados da doença, que resultaram em 362 internações. A explosão no número de pessoas infectadas pelo mosquito *Aedes aegypti* também obrigou os governadores do Acre, Distrito Federal, Goiás e Minas Gerais a adotar a mesma medida. Com a rede pública sobrecarregada, Brasília e Rio estão montando até hospitais de campanha para atender exclusivamente os pacientes com a moléstia, assim como ocorreu na pandemia da Covid-19. Até a segunda-feira 5, o Ministério da Saúde registrou mais de 345 mil casos prováveis de dengue no País. Foram confirmadas 36 mortes e outros 234 óbitos seguiam sob investigação.

Embora a rápida propagação da doença seja motivo de preocupação, a ministra da Saúde, Nísia Trindade, ainda não reconhece a existência de uma epidemia nacional. Prefere definir o problema como "surtos epidêmicos" concentrados em estados das regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul. Técnicos da pasta estimam, porém, que o Brasil pode ter 4,2 milhões de infectados até o fim do ano, número muito superior ao de 2023, quando foram contabilizados 1,5 milhão de casos e pouco mais de mil mortes em decorrência da doença, com um índice de letalidade acima da média mundial. Segundo estudos do Global Burden of Disease 2017, publicado em *EClinical Medicine*, enquanto a taxa de letalidade estimada para o mundo foi de 4 mortes para cada grupo de 10 mil infectados, o Brasil registrou um índice de 6,6 no ano passado.

**PESQUISADORES DESCOBRIRAM UMA BACTÉRIA CAPAZ DE NEUTRALIZAR O VETOR, MAS NÃO TIVERAM O APOIO DE TEMER E BOLSONARO**

Entre as causas apontadas pelo Ministério da Saúde para a explosão de casos de dengue no início deste ano, bem como para o ressurgimento dos sorotipos 3 e 4 da arbovirose, figura o El Niño, que intensificou as ondas de calor e tempestades, e deve continuar fazendo estragos até abril. Todo verão é quente e chuvoso, mas o fenômeno climático permitiu a expansão da doença para regiões de menor incidência, como no Sul do País, que vem enfrentando nos últimos meses grandes enchentes. O Paraná e Santa Catarina estão entre os estados que mais registraram óbitos pela doença, assim como Minas Gerais e o

TONY OLIVEIRA/AG. BRASÍLIA

Distribuição 100% gratuita - Clube de Revistas

**A explosão de casos de dengue obrigou os governadores do Acre, Distrito Federal, Goiás e Minas Gerais a decretar estado de emergência na saúde pública. Além de reforçar o combate aos focos do mosquito, Brasília e Rio de Janeiro estão abrindo hospitais de campanha para atender à crescente demanda**

Distribuição 100% gratuita - Clube de Revistas



Distrito Federal. Até 5 de fevereiro, sete pessoas morreram no Paraná e cinco em Santa Catarina, em decorrência da moléstia. "O mosquito adaptou-se a áreas geograficamente mais frias", lamenta o infectologista Julio Croda, pesquisador da Fiocruz e professor da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Ele acrescenta que, nas altas temperaturas, o período reprodutivo do mosquito fica mais curto e ele se reproduz com maior velocidade, facilitando a proliferação da doença.

Segundo o especialista, os ovos do *Aedes aegypti* na água parada levavam de dez e 14 dias para se transformar no mosquito e, com o aumento da temperatura, o tempo foi reduzido para uma semana. "A gente passou a ter ciclos de vida mais curtos, fazendo com que haja mais mosquitos no ambiente e, com isso, aumente a transmissão da doença." Não bastasse, o vetor vem se adaptando ao ambiente ao longo dos anos. A reprodução já não se dá apenas em água limpa, como anteriormente, e a proliferação pode ocorrer em todas as épocas do ano, não somente no verão. Antes, a escalada dos casos de dengue começava em dezembro, atingia seu ápice entre março e abril, mas começava a refluir a partir de maio. Além disso, mutações geraram novas cepas do vírus, que tornaram a doença mais grave.

"Em boa parte do Brasil, de julho a novembro, era praticamente zero o número de casos. Isso deixou de acontecer, continuamos tendo um volume de casos razoável ao longo do inverno e da primavera, e já chegamos no verão seguinte com um número considerável de pessoas infectadas. Se a epidemia começa com força, ela atinge níveis elevados e os picos também são mais altos", explica o médico sanitarista Claudio Maierovitch, pesquisador da Fiocruz em Brasília. "A estação de chuvas passou a ser mais intensa, com alagamentos e inundações. Há muito mais água nas áreas urbanas em momentos agudos, facilitando a multiplicação do mosquito."

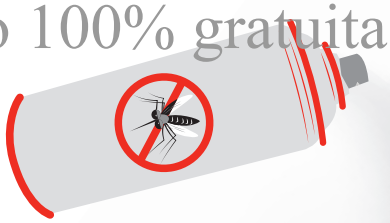
A ministra Nísia Trindade reconhece que a vacinação não terá efeito na atual crise

WALTERSON ROSA/MS

Com a previsão de um número maior de casos de dengue nos próximos meses, uma das questões postas é a capacidade de atendimento do SUS para suprir a crescente demanda. Vai exigir do Ministério da Saúde mais planejamento. "Isso requer um plano de contingência que indique como abrir novas unidades de atendimento e treinamento da equipe técnica. O ideal é atender o paciente precocemente, reconhecer os sinais de alarme para proceder a hidratação endovenosa, capaz de evitar o óbito. É preciso preparar os estados e municípios. Por vezes, a população espera de quatro a seis horas para ser atendida nas superlotadas unidades de saúde. É nessas situações que a doença pode se agravar e provocar mortes", destaca Croda.

Diante deste novo e desafiador cenário, o Brasil ainda não tem um protocolo para mitigar os impactos da dengue, assim como já aconteceu com outras infecções graves, a exemplo da poliomielite.

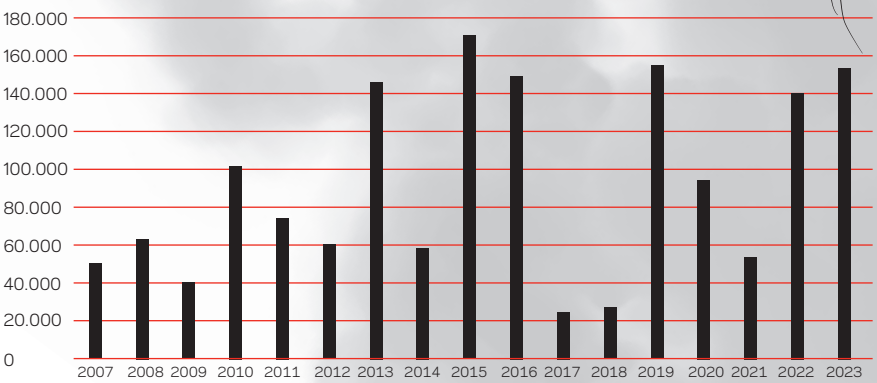
Distribuição 100% gratuita - Clube de Revistas



Desde 2016, com o *impeachment* de Dilma Rousseff, os investimentos em pesquisa para combater a doença despencaram. Um estudo desenvolvido em Niterói e outros dez municípios mostra ser possível vencer o *Aedes aegypti*, mas as gestões Temer e Bolsonaro optaram em não ampliar o projeto. Os pesquisadores descobriram que vetores infectados com bactéria Wolbachia não são capazes de transmitir o vírus da dengue. Eles apostam na criação de uma nova geração de mosquitos inofensivos aos seres humanos.

**MONTANHA RUSSA**

Casos prováveis de dengue por ano do primeiro sintoma




Fonte: Sistema de Informação de Agravos de Notificação / Ministério da Saúde
Elaboração: Cláudio Maierovitch / Fiocruz

“Inicialmente, isso é feito injetando a bactéria dentro do ovinho com o microscópio. À medida que se consegue ter populações de mosquitos já infectados, eles são levados para os lugares onde o projeto é implantado, de forma que essa nova geração já nasce com a bactéria e sem poder de contaminação. Os resultados observados têm sido bastante positivos. Poderíamos, ao longo desse tempo, ter tido um investimento para desenvolver o projeto em escala maior”, lamenta Maierovitch.

O uso da bactéria Wolbachia é uma tecnologia implantada em outros países, sobretudo na Austrália. No Brasil, está desenvolvida pela Fiocruz. O governo Lula anunciou investimento de 30 milhões de reais para a ampliação do método, um valor modesto diante da dimensão do problema. Outra técnica eficiente são as armadilhas com larvicidas, que atraem os vetores em fase de reprodução. “O larvicida não mata o mosquito que vai lá colocar ovos, mas mata as larvas. A substância fica impregnada nas patas e no corpo do mosquito e, quando ele visita outros recipientes que existem na região, espalha esse larvicida, de forma que, ao colocar ovos nos lugares onde ele faria isso naturalmente, esses ovos geram larvas que vão morrer.”

Em paralelo às técnicas de combate ao vetor, a vacina contra a dengue é apontada como uma alternativa promissora, embora o resultado só será visível a médio e longo prazo. O governo Lula aposta todas as fichas no imunizante, que começa a ser aplicado ainda neste mês, mas para um público reduzido e específico, as crianças e adolescentes entre 10 e 14 anos de idade, que apresentam uma alta taxa de hospitalização no País.

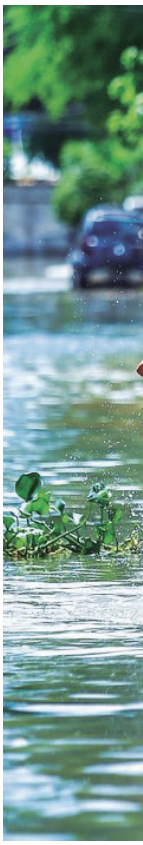
Segundo o Ministério da Saúde, a população idosa é ainda mais vulnerável à doença, mas ainda não existe uma vacina autorizada para essa faixa etária. “Com eficácia de 65%, o imunizante disponível só será capaz de produzir um grande impacto, do ponto de vista epidemiológico, se alcançar 95% da população. Menos que isso, é pesquisa de campo”, opina o médico Antônio Bandeira, diretor da Sociedade Brasileira de Infectologia.

**EM 2024, O PAÍS PODE REGISTRAR ATÉ 4,2 MILHÕES DE CASOS DE DENGUE**

Trindade pretende ampliar a vacinação, mas reconhece que isso não será possível a curto prazo. Nesta primeira etapa, apenas 521 dos mais de 5 mil municípios brasileiros serão contemplados. Pelo menos 757 mil doses da vacina estão no Brasil e outras 600 mil devem chegar ainda este mês. A previsão é de que, até o fim do ano, o Brasil receba outras 5,2 milhões de doses, o suficiente para imunizar 3,2 milhões de pessoas, com duas doses num intervalo de três meses. Para 2025, já foram encomendadas 9 milhões de doses. “Todo o nosso esforço será para ampliar essa oferta, mas não vai ter impacto nesse intervalo inicial de poucos meses”, lamenta a ministra.

O imunizante que será aplicado é do tipo Qdenga, da farmacêutica japonesa Takeda, produto já comercializado pela rede privada desde julho do ano passado a um custo médio de 400 reais cada dose. “A vacina, pela limitação de doses dis-

Distribuição 100% gratuita - Clube de Revistas



**Por ora, apenas crianças e adolescentes de 10 a 14 anos serão imunizados. O aquecimento global favorece a proliferação do vetor**

PREFEITURA DE BELFORD ROXO/GOVRJ E DANIEL TAVARES/PREFEITURA DO RECIFE/GOVPE

poníveis para o SUS neste momento pelo fabricante, é uma das estratégias que se somam às demais ações de combate à dengue que já estão em andamento. O Ministério da Saúde adquiriu todo o estoque disponível de vacinas da dengue do laboratório fabricante: 5,2 milhões de doses, que serão entregues entre fevereiro e novembro de 2024. Além dessas, também serão distribuídas 1,32 milhão de doses fornecidas sem custo ao governo federal", explicou, em nota, o Ministério da Saúde. Na segunda-feira 5, o laboratório Takeda afirmou que vai priorizar o governo brasileiro na venda de vacina, restringindo o imunizante para a rede privada.

Além da Qdenga, a esperança é a vacina que está sendo produzida pelo Instituto Butantan. A previsão é de que 20 mil doses do imunizante nacional estejam disponíveis para o SUS no ano que vem. Diferentemente da vacina japonesa, a nacional será de dose única e deve alcançar os quatro sorotipos da dengue, não apenas o 1 e 2, como a Qdenga. "O Butantan pode contribuir muito para acelerar a imunização em massa no Brasil. A vacina japonesa tem levado a proteção até quatro a seis anos, com 57 meses de acompanhamento, principalmente para as formas graves da doença. Com isso, não vai ser necessário vacinar todos os anos", observa Croda. "Teremos, portanto, a oportunidade de expandir essa cobertura vacinal no Brasil, sobretudo depois que o Butantan começar a ofertar o seu imunizante."

A vacinação é parte do controle, mas não basta para conter a doença. O médico infectologista Marcos Boulos, professor e pesquisador da USP, chama atenção para os problemas urbanos e sociais que contribuem para a proliferação do *Aedes aegypti*. "A diminuição da transmissão está diretamente relacionada à redução do mosquito nos imóveis urbanos. Não podemos desprezar também o empobrecimento populacional, que leva um contingente significativo de pessoas a viver em condições impróprias em 'aglomerados', facilitando a transmissão", explica. "A vacina é o nosso instrumento de esperança em relação a um problema de saúde pública que se arrasta há quase 40 anos. Finalmente, temos uma vacina, é algo para celebrar. Mas, no quantitativo que o laboratório tem hoje para nos entregar e diante da necessidade de aplicação de duas doses, numa situação como a que vivemos hoje, não pode ser apontada como solução", admitiu Nísia Trindade, destacando a necessidade de o Ministério da Saúde atuar de forma mais incisiva nos focos do mosquito e no atendimento às pessoas infectadas.

"Temos de lidar, principalmente, fazendo o controle dos focos e cuidando de quem adoece por dengue. Estas são as medidas. A vacina é um instrumento, mas não é o único e não é o de maior impacto neste momento", finalizou a ministra. Segundo o Ministério da Saúde, três em cada quatro mosquitos são

Distribuição 100% gratuita - Clube de Revistas

gerados em poças d'água residenciais. "A maioria dos focos é intradomiciliar, 75% deles estão dentro das casas das pessoas. Quando a gente depende de medidas que passam pela mudança de atitude da população, a eficácia geralmente é de 30% a 40%", estima Croda.

Maierovitch aponta a ausência de planejamento urbano, o adensamento populacional em determinadas áreas e a falta de investimento em saneamento básico como outros fatores que contribuem para a multiplicação do *Aedes aegypti*. "Se a população gera mais resíduos que se transformam em criadores de mosquitos, se ela cuida menos do seu espaço, isso favorece a proliferação. Da mesma forma, se o Poder Público deixa de fazer as campanhas para o combate ao vetor com as suas equipes próprias, isso também favorece o avanço da doença", diz o sanitarista. O Ministério da Saúde informa ter destinado 256 milhões reais para o enfrentamento da doença, entre repasse para estados e municípios e ações da Vigilância em Saúde. A pasta também criou um Centro de Operações de Emergências e a Sala Nacional de Arboviroses, além de investir em campanhas publicitárias para conscientizar a população para o combate aos focos do vetor.

De acordo com Marcos Boulos, as grandes epidemias de dengue acontecem, em média, a cada quatro ou cinco anos, uma vez que as pessoas infectadas adquirem certa imunidade, reduzindo o número de casos nos anos subsequentes. A última foi em 2019, sinalizando a previsibilidade da grande quantidade de contaminação em 2024. "Com o aumento de novos membros na comunidade, o surgimento de novas cepas do vírus e as oscilações no meio ambiente, a epidemia recrudesce com maior intensidade", observa, acrescentando que, neste ano, além da diminuição da imunidade, houve um aumento na transmissão da dengue tipo 2, o ressurgimento do sorotipo 3 e a presença do El Niño. Na série histórica, o pico da doença começou em 2010 e intensificou-se em 2013, 2015 e 2019.

**A VACINA AINDA É UMA PROMESSA. NÃO HÁ DOSES SUFICIENTES PARA IMUNIZAR TODA A POPULAÇÃO**

"O que o Brasil precisa fazer para conter a dengue, ainda mais nesta perspectiva de aumento da temperatura global e das arboviroses, é investir em ciência e tecnologia e vacinar o maior número possível de pessoas. A gente espera que o Butantan possa produzir a vacina, mas eventualmente a própria Fiocruz pode ter um acordo de transferência de tecnologia com a Takeda, para ampliar a capacidade de produção interna no País. Sem as inovações que a gente tem, principalmente o programa da bactéria Wolbachia e a vacina, vai ser muito difícil ter redução do número de casos e da taxa de hospitalização nos próximos anos, porque a mudança climática já impõe esse desafio. Só a ciência e a inovação podem reduzir e reverter esse cenário mais pessimista", finaliza Julio Croda.

Além dos recentes surtos de dengue, a proliferação do *Aedes aegypti* pode desencadear também a escalada de casos de zika e chikungunya, já que o vetor de transmissão é o mesmo. Minas Gerais, inclusive, já registrou uma morte por chikungunya. "Não é que uma epidemia leve a outra, mas, se a presença do *Aedes aegypti* aumenta, também cresce o risco de esse vetor propagar outras doenças", salienta Maierovitch. "Os sintomas podem, inclusive, ser muito parecidos. É preciso haver uma orientação muito benfeita aos profissionais de saúde e para os laboratórios de saúde pública para que façam a testagem e identifiquem qual das três doenças está circulando." •

Distribuição 100% gratuita - Clube de Revistas

MAYARA DONARIA/INSTITUTO MARIELLE FRANCO E REDES SOCIAIS

# Pistas falsas

**RIO DE JANEIRO** A PF mira os interessados em atrapalhar as investigações do assassinato de Marielle Franco

POR MAURÍCIO THUSWOHL

Enquanto espera baixar a poeira do vazamento de parte da delação premiada de Ronnie Lessa, a Polícia Federal atua para desvendar por quais razões as investigações sobre os assassinatos de Marielle Franco e Anderson Gomes foram tão atrapalhadas por pistas falsas, cascas de banana e tentativas de emplacar bodes expiatórios durante os cinco anos em que estiveram sob a batuta da Polícia Civil e do Ministério Público do Rio de Janeiro.

Em um estado onde a milícia se infiltra progressivamente no Poder Público, trata-se de uma apuração de grande importân-

Distribuição 100% gratuita - Clube de Revistas

TAMBÉM NESTA SEÇÃO →

pág. 26
**São Paulo.** Prefeitura entrega hospital de referência em aborto legal a militante "pró-vida"

**Desconfiança.** Élcio Queiroz, motorista de Ronnie Lessa no dia do assassinato, só aceitou falar após a federalização da investigação

## Os federais querem saber: houve apenas negligência e incompetência ou algo pior?

cia. As evidências da interferência de agentes de segurança de diversas esferas para manter o caso sem solução por todo esse tempo cresceram com a descoberta de que a estrutura paralela de arapongagem organizada na Agência Brasileira de Inteligência durante o governo Bolsonaro foi utilizada para montar dossiês ou coletar documentos sobre ao menos um delegado e uma promotora envolvidos nas investigações. Se a sabotagem parece evidente, agora o Brasil precisa saber quem exatamente a promoveu e por quais motivações.

**Segundo a PF,** agentes da "Abin paralela" coletaram e imprimiram arquivos sobre o caso entre 2019 e 2021. Os registros, descobertos pela Controladoria-Geral da União, mostram, entre outras, que em setembro de 2020 o policial federal Marcelo Bormevet imprimiu um relatório, de autoria ainda não identificada, sobre o delegado Daniel Rosa, à época coordenador das investigações sobre o crime na Polícia Civil, afastado do cargo no mesmo mês pelo então chefe da instituição, Allan Turnowski. Em junho do ano seguinte, outro policial federal, Felipe Arlotta, imprimiu um segundo relatório, desta vez sobre as movimentações daqueles que àquela altura pediam a federalização do caso. Tanto Bormevet quanto Arlotta chegaram à Abin pelas mãos do deputado federal Alexandre Ramagem, do PL, diretor-geral da agência no governo Bolsonaro e apontado como um dos organizadores da arapongagem presidencial.

Em relatório enviado ao Supremo Tribunal Federal, a CGU revela que, em dezembro de 2019, o próprio Ramagem "imprimiu diversas anotações" produzidas sobre o andamento das investigações. Dois meses antes, o então chefe da Abin utilizou seu computador para imprimir o currículo da promotora Simone Sibilio, do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado. À frente do caso desde o dia do crime, Sibilio e sua colega Letícia Emile pediram afastamento em 2021, sob alegação de "pressões" que até hoje permanecem não esclarecidas. Às autoridades, Ramagem nega envolvimento. À GloboNews, o deputado disse "não saber como é possível" o documento ter sido impresso a partir de seu PC. "É o currículo da promotora e parece que é uma informação que circulou aí. A inteligência é a coleta de dados e informações. Tem que verificar quem o colocou no sistema e perguntar a essa pessoa o porquê."

Descobrir se, de fato, houve algum tipo de ingerência por parte de Ramagem – e do governo Bolsonaro – na condução das investigações sobre o assassinato será salutar. E também esclarecer se houve interação entre o ex-diretor da Abin e Turnowski, outro filiado ao PL, ex-secretário de Polícia Civil do governador Cláudio Castro e candidato a deputado federal pelo partido nas últimas eleições. Detalhe: Turnowski, que não foi eleito, deixou a cadeia dias antes da disputa eleitoral por decisão do ministro Kassio Nunes Marques, do STF.

O delegado havia sido preso em setembro de 2022, acusado pelo Ministério Público fluminense de atrapalhar as investigações contra uma organização

Distribuição 100% gratuita - Clube de Revistas

**Pressão.** Almada conduziu uma investigação da investigação. Rosa foi afastado do caso

criminosa que agia em Petrópolis, na região serrana. A investigação revelou uma troca de mensagens entre Turnowski e o colega Maurício Demétrio, também réu no processo que corre na 1ª Vara Criminal Especializada em Organização Criminosa do Rio, na qual ambos debocham de Marielle, assim que foi confirmada a sua morte: "O enterro será no (Cemitério do) Caju, mas a comemoração alguém sabe onde será?", escreveu Demétrio. Turnowski respondeu com *emojis* de carinhas com olhos em formato de coração. O diálogo foi revelado meses após Castro ter apresentado Turnowski à família de Marielle como seu "homem de confiança", como relatou a *CartaCapital* a vereadora Monica Benicio, do PSOL, viúva de Marielle. Isso evidencia, diz a parlamentar, que o caso foi tratado com desinteresse. "Pior, que pode ter havido interferência para não chegarmos à sua elucidação."

A falta de confiança nas autoridades de segurança pública fluminense espalha-se na PF e também entre os executores de Marielle. Para aceitar a delação, Lessa pediu garantia de proteção para a mulher e filhos. O medo de uma possível queima de arquivo faz com que o ex-policial militar ainda relute sobre o pedido de transferência do presídio federal de Campo Grande e um eventual retorno ao Rio. Entre as autoridades federais, a desconfiança ficou explícita quando veio do Ministério da Justiça a ordem para que a delação de Lessa tramite sob os cuidados do Ministério Público Federal, e não mais da Procuradoria carioca.

**Segundo o sociólogo** Ignacio Cano, especialista em Segurança Pública da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, o caso Marielle mostrou ser preciso federalizar algumas investigações. "A Justiça Federal reluta em federalizar os crimes. O protocolo manda que um caso só deve ser federalizado quando a Justiça Estadual não cumpre sua função, mas, considerando o funcionamento da Polícia Civil e do Ministério Público no Rio, e em um caso com tanta repercussão política, as investigações deveriam ter sido federalizadas antes. Perdeu-se tempo demais."

Ao decidir entrar nas investigações, pela segunda vez, em fevereiro do ano passado, a PF apresentou como primeiro trunfo a delação premiada com o ex-policial militar Élcio de Queiroz, motorista do carro que conduziu Lessa no dia do crime. Em seu depoimento, Queiroz denunciou ter tomado conhecimento de tentativas de extorsão feitas por policiais civis ao atirador. "Como eu vou confiar em uma polícia que estava o tempo todo negociando com o Ronnie?", perguntou, ao justificar seu longo silêncio.

Além da denúncia de corrupção policial, Queiroz colocou a PF em pistas importantes negligenciadas nas investigações estaduais. Da longa lista de novidades surgidas em sua delação constam, por exemplo, peças importantes na compreensão da dinâmica do crime, como quem fez o contato inicial para a contratação de Lessa, quem cedeu o carro usado no dia da ocorrência e quem o descartou após o duplo assassinato. Só então surgiram os nomes do ex-policial Edimilson de Oliveira da Silva, o Macalé, intermediário da contratação de Lessa e executado em 2021, do ex-bombeiro Maxwell Simões Corrêa, o Suel, apon-

Distribuição 100% gratuita - Clube de Revistas

tado como o homem que forneceu a arma e o carro no dia do crime, e do mecânico Edilson Barbosa, o Orelha, suposto responsável pelo desmanche do Cobalt usado pelos assassinos.

A própria rota de fuga só foi descoberta após a entrada da PF em cena. Apesar da dificuldade enfrentada pelas autoridades estaduais em conseguir essas informações, bastou as investigações mudarem de mãos para surgirem imagens de alguns pontos do percurso, inclusive o desembarque de Lessa e Queiroz em uma rua de grande circulação – e repleta de câmeras – no Méier, bairro da Zona Norte carioca. "Não tenho competência técnica para afirmar que houve sabotagem, mas que houve erros graves na investigação é público e notório", diz Benicio.

Hoje superintendente da PF no Rio, o delegado Leandro Almada foi responsável em 2019 por produzir um relatório de mais de 600 páginas sobre a "efetividade" da polícia fluminense na elucidação do crime, naquilo que ficou conhecido entre os policiais federais como a "investigação da

**"Quem se beneficiou com todo esse tempo em que passamos sem respostas?", pergunta a vereadora Monica Benicio, viúva de Marielle**

investigação". Na ocasião, a PF desarticulou a farsa montada para tentar incriminar o então vereador Marcelo Siciliano e o miliciano Orlando Oliveira de Araújo, o Orlando Curicica, condenado a 25 anos de prisão em 2022 por outros crimes. O falso testemunho contra os dois foi dado pelo então policial militar Rodrigo Jorge Ferreira, o Ferreirinha, que responde por obstrução à Justiça. Antes, outra falsa acusação havia levado as autoridades a investigar o ex-vereador Cristiano Girão, apontado como chefe da milícia que domina o bairro de Gardênia Azul, na Zona Oeste do Rio, e condenado por formação de quadrilha e lavagem de dinheiro.

Procurado pela reportagem, Almada afirmou, por intermédio de sua assessoria, que não quer se pronunciar sobre o andamento das investigações. Nos corredores da PF do Rio, comenta-se que o vazamento da informação de que Lessa teria apontado o conselheiro do Tribunal de Contas, Domingos Brazão, como mandante do crime causou uma mudança no ritmo do inquérito. "Os vazamentos atrapalharam o cronograma previsto", resumiu uma fonte. A promotora Sibilio e o delegado Rosa, segundo as assessorias de seus respectivos órgãos de atuação, também não desejam se pronunciar neste momento.

**Enquanto não surgem** outras novidades sobre o caso, algumas pontas permanecem soltas. Uma delas diz respeito à suposta ligação de Macalé com o banqueiro do jogo do bicho Bernardo Bello, um dos maiores contraventores do Rio, atualmente foragido. "Há suspeitas de que algumas pessoas na Polícia Civil acobertavam grupos de assassinos de aluguel, e é por isso que durante tantos anos estes matavam, sob encomenda, sem o menor problema. É muito importante que se investiguem determinados circuitos dentro da polícia do Rio que permitiam o funcionamento impune desses grupos", diz Cano.

Presidente da Fundação Marielle Franco, a deputada estadual gaúcha Luciana Genro afirma que chegar ao mandante do crime é importante, mas não suficiente. "Se houve obstrução nas investigações, significa que há tentáculos do crime organizado nas instituições do Estado. Isso precisa ser investigado e elucidado." Monica Benicio afirma não acreditar que todo esse tempo sem respostas tenha sido ocasionado apenas por incompetência das autoridades envolvidas. "Faltou vontade política. Me pergunto: quem se beneficiou com todo esse tempo em que passamos sem respostas?" •

TÂNIA RÊGO/ABR E FERNANDO FRAZÃO/ABR

**Arapongagem.** A promotora Sibilio foi alvo da "Abin paralela" de Bolsonaro

Distribuição 100% gratuita - Clube de Revistas



# A bandeira de Lula

**ELEIÇÕES** Derrotar o bolsonarismo em São Paulo é a prioridade do presidente, cabo eleitoral da chapa Boulos-Marta

POR ANDRÉ BARROCAL

O presidente Lula decolou de Vitória para São Paulo em 15 de dezembro, uma sexta-feira, para participar no dia seguinte de um ato público perto do estádio do Corinthians. O evento tiraria do papel um acordo de quase uma década. A especulação imobiliária surgida com os preparativos da Copa do Mundo de 2014 tinha levado 2,6 mil famílias do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto a ocupar um terreno nas cercanias do estádio. A então presidente Dilma Rousseff topara que na ocupação, batizada de Copa do Povo, fosse erguido um conjunto habitacional do programa Minha Casa Minha Vida. O negociador do MTST era Guilherme Boulos, hoje deputado federal. Na montagem do governo Lula, coube a Boulos indicar um militante do movimento, Guilherme Simões Pereira, para chefiar a Secretaria Nacional de Periferias, organizadora do ato de dezembro que anunciou 450 milhões de reais em verba federal para as obras.

Lula viajou à capital paulista também disposto a jantar com Marta Suplicy em 16 de dezembro. A ex-prefeita da cidade e ministra lulista no passado deixara o PT em 2015 brigada com Dilma. Votara a favor do *impeachment* no Senado em 2016. À época, perfilava no MDB, partido do prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes, candidato à reeleição em outubro. "A Marta é a nossa única chance de vencer", havia dito o presidente a um interlocutor, após o PT paulistano decidir, em agosto de 2023, apoiar Boulos, do PSOL, e designar um vice na chapa que enfrentará Nunes. Decisão que contou com um empurrão de Lula. Pela primeira vez, o PT não terá candidato próprio na cidade. Popular na periferia, Marta era secretária de Relações Internacionais de Nunes. Dias antes de Lula pousar em São Paulo em dezembro, o deputado petista Rui Falcão o informara que ela aceitava voltar ao PT, mas queria ser convidada. Falcão fora secretário de Marta na prefeitura e é ouvido pelo presidente. Lula e a ex-ministra combinaram o jantar. No menu, o convite. O encontro não ocorreu, no entanto.

**Nos dias posteriores,** Lula telefonou para Marta, e ela não atendeu: estava longe do aparelho. A ex-prefeita retornou depois e aí foi ele quem não atendeu: não carrega celular, recebeu o recado, mas não respondeu. O desencontro levantou cismas de parte a parte: alguém havia mudado de ideia? Um emissário entrou em campo, para desfazer as desconfianças. Ainda em dezembro, o presidente ligou para Marta e pediu que ela fosse ao ato em Brasília, em 8 de janeiro, em lembrança da tentativa de golpe bolsonarista. Seria a chance para o *tête-à-tête*. Marta concordou. Chegou à capital em 7 de janeiro. Na manhã seguinte, foi ao Palácio do Planalto com Falcão e o marido, o empresário Márcio Toledo. Na conversa, o presidente a convidou a voltar ao PT. A filiação deu-se em 2 de fevereiro, em um evento com Lula e Boulos.

**A campanha será nacionalizada, para desgosto do prefeito Ricardo Nunes, candidato à reeleição**

"A missão que nós temos em outubro é derrotar o bolsonarismo na maior cidade do País. E a Marta veio para construir essa frente, porque o desafio é grande", discursou Boulos na ocasião. A futura companheira de chapa foi na mesma toada: "Vamos derrotar o bolsonarismo e seus representantes aqui na capital, de novo". Em 23 de janeiro, Lula tinha dito coisa parecida a uma rádio da Bahia: "Na capital de São Paulo é uma coisa muito especial. Porque é uma confrontação direta entre o ex-presidente e o atual presidente. É entre eu e a figura".

Lula está decidido a mergulhar na disputa na cidade (participará de comícios, propaganda eleitoral, essas coisas) como em nenhuma outra campanha neste ano. Dois motivos o movem. Um é o PT. A sigla chegou ao fundo do poço na eleição municipal anterior. Elegeu só 183 prefeitos (há 5,5 mil municípios no País), pior desempenho neste século. No estado de São Paulo, possui quatro de 654. Além disso, o partido estar na chapa vencedora na maior cidade ofuscaria, do ponto de vista político, eventual má performance nas demais capitais. Os petistas não governam nenhuma e, hoje, têm chances reais em poucas, como Fortaleza, Natal e Teresina. O outro motivo de Lula é 2026. "São Paulo tem uma importância política muito grande, pelo peso da cidade. A

Distribuição 100% gratuita - Clube de Revistas

eleição lá indica um sinal sobre a próxima eleição presidencial", afirma Falcão.

Fosse um estado, a cidade de São Paulo teria o quinto maior eleitorado (9 milhões), atrás do estado homônimo (34 milhões), de Minas Gerais (16 milhões), do Rio de Janeiro (12 milhões) e da Bahia (11 milhões). Seu orçamento, 111 bilhões de reais neste ano, é o terceiro maior (perde do federal, de 5,5 trilhões, e do paulista, de 328 bilhões). Sua fatia no PIB é de 9%, a maior entre os municípios.

**Falcão vê uma eleição** difícil à frente, mesmo com Lula em cena, mas há razões para o otimismo da futura chapa. Ventos progressistas têm soprado na cidade. Na campanha municipal de 2020, Boulos alcançou 40% no segundo turno contra Bruno Covas, do PSDB. Sua votação no primeiro turno, aquela que ele pôde considerar obra pessoal (o PT tinha um

**Diferenças.** O presidente Lula faz questão de estar presente na campanha de Boulos e Marta. O prefeito Nunes aceita envergonhado o apoio de Bolsonaro

RICARDO STUCKERT E PAULO GUERETA/PREFEITURA DE SÃO PAULO

Distribuição 100% gratuita - Clube de Revistas

**Satélites.** Tabata Amaral sonha com uma quimera, Datena em sua chapa, para não ser coadjuvante. Salles é um espectro. O governador Freitas assiste à novela

concorrente, Jilmar Tatto, que terminou com 8%), foi de 1 milhão, semelhante àquela obtida como deputado paulista mais votado dois anos depois. Em 2022, Lula ganhou de Bolsonaro na cidade em ambos os turnos (53% no segundo). O PT não triunfava numa corrida presidencial desde 2002, com o próprio Lula (Marta era a prefeita). O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, também venceu nos dois turnos em 2022 ao concorrer a governador (teve 54%), embora no fim tenha sido batido pelo bolsonarista Tarcísio de Freitas, do Republicanos.

A eleição de 2022 desenhou a aliança PT-PSOL de agora. Boulos era pré-candidato a governador e rivalizaria com Haddad pelo voto à esquerda. Por insistência de Lula e do agora ministro da Fazenda, desistiu para apoiar o petista, em troca da promessa de que o partido estaria a seu lado na sucessão de Nunes. A parceria fez o deputado bancar a nomeação de outro quadro do PSOL, a deputada Sonia Guajajara, para o Ministério dos Povos Indígenas. Uma ala da legenda era contra ocupar cargos em Brasília. Tentou tomar o controle da sigla em outubro de 2023, na eleição interna, mas perdeu para as correntes de Boulos e do então presidente, Juliano Medeiros. Foi eleita para o lugar de Medeiros a historiadora Paula Coradi, coordenadora da campanha de Boulos a prefeito em 2020.

Coradi vê uma diferença entre 2020 e 2024: Boulos lidera as pesquisas de momento, 28% na média de três levantamentos divulgados em dezembro e janeiro. Nunes aparece em segundo, com 21%. A dianteira permite ao deputado ditar o rumo da campanha, segundo a psolista. O marqueteiro de Boulos será Lula Guimarães, aquele do *slogan* "João Trabalhador" inventado para João Doria na disputa vencida pelo tucano no município em 2016. O plano, dizem colaboradores do deputado, é fazer inicialmente uma campanha focada nos problemas da cidade, na falta de realizações de Nunes e nos casos de corrupção. Ao mesmo tempo, haverá um esforço para neutralizar ataques de que Boulos é "extremista" e não tem o que mostrar na carreira política. Para estas duas últimas tarefas, Marta é um trunfo. Não é uma radical e tem um legado administrativo na cidade.

**A grande aposta** de Boulos será, porém, nacionalizar a campanha. Apresentar um duelo entre ele e Lula contra Nunes e Jair Bolsonaro. O ex-presidente é um "pepino" para o prefeito, daí ter dito nos últimos dias que acha "covarde" nacionalizar a eleição. Ele quer envergonhadamente o apoio do capitão. Segundo uma pesquisa Datafolha de agosto passado, 68% dos paulistanos rejeitavam votar em um candidato de Bolsonaro. Após o levantamento, Nunes, que flertava com o ex-presidente, foi a um debate em uma faculdade e, questionado pela plateia sobre ligações com ele, comentou: "Eu, do lado do Bolsonaro?" Mais: "Não tenho proximidade com o presidente Bolsonaro como não tenho com o presidente Lula". Um dia depois, pregava publicamente a união da direita contra o que chamou de "a extrema-esquerda", rótulo que tenta carimbar em Boulos.

O esforço do prefeito, comenta-se no MDB, tem sido manter o ex-presidente por perto, mas nem tanto, e ao mesmo tem-

GOVSP, LULA MARQUES/AGÊNCIA PT E GILBERTO MARQUES

Distribuição 100% gratuita - Clube de Revistas

po não o irritar, a ponto de Bolsonaro resolver lançar um aliado puro-sangue. Em 12 de dezembro, o capitão comentou em uma entrevista: "Salles prefeito". Ricardo Salles, ex-ministro do Meio Ambiente e atual deputado pelo PL paulista, pretendia ser o bolsonarista desavergonhado na eleição. A declaração a favor de Salles levou Nunes a afirmar na semana seguinte: "Eu quero, é importante que tenha o apoio do presidente Bolsonaro. É fundamental o apoio do presidente Bolsonaro".

**Agora o ex-presidente** considera Salles "página virada" e, nos últimos dias, indicou um nome para vice de Nunes. Trata-se de Ricardo de Mello Araújo, ex-chefe da Rota, tropa de elite da PM paulista, e ex-ocupante de cargo no governo do capitão. O martelo ainda não está batido. Pelo perfil, Araújo imprimiria um carimbo muito forte de "bolsonarista" na chapa de Nunes, algo que o prefeito tenta evitar. O presidente do PL, Valdemar Costa Neto, tem o poder de efetivar a designação. Consta que ainda há chance de uma delegada, Raquel Gallinati, ser

**O eleitorado paulistano rejeita Bolsonaro: 68% não votaria em um nome apoiado pelo ex-presidente**

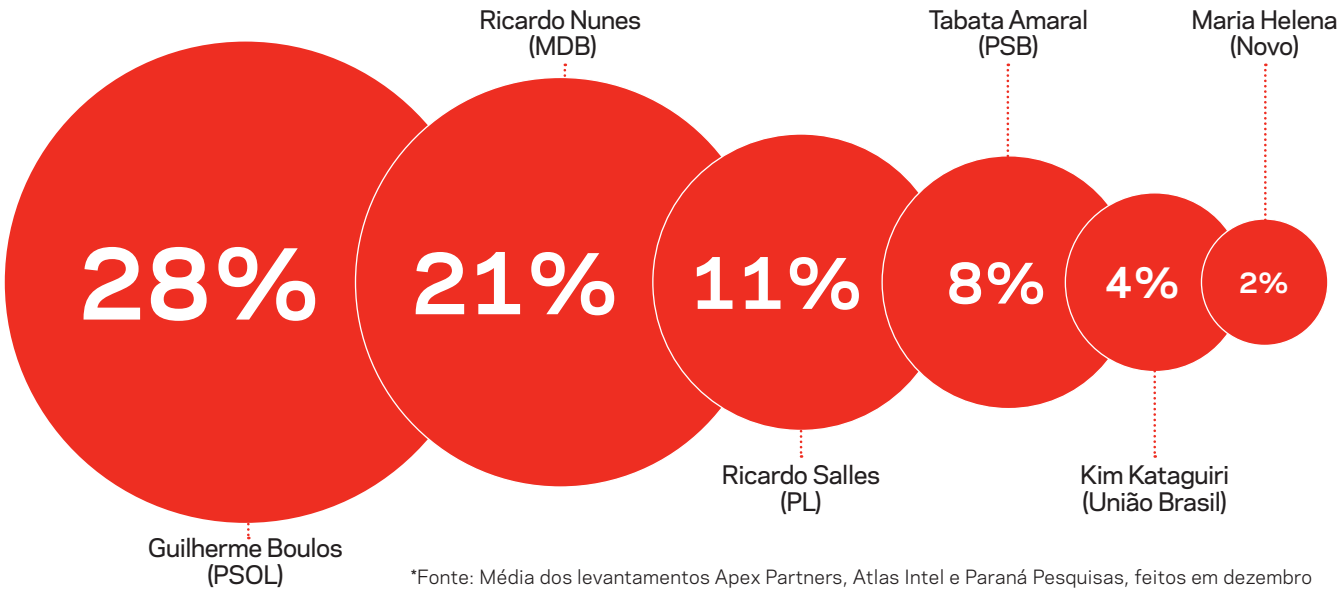
a escolhida. O marqueteiro do PL, Duda Lima, que trabalhou para a frustrada reeleição de Bolsonaro, deverá assessorar Nunes. Terá uma missão complicada.

Nunes é impopular, embora sua situação já tenha sido pior. Em uma pesquisa de janeiro do Ipec, o ex-Ibope, só 17% dos paulistanos achavam sua gestão ótima ou boa. Para 42%, era regular e para 38%, ruim ou péssima. Em 2021 e 2022, o índice negativo estava em 45% e o positivo, em torno de 10%. Colaboradores emedebistas da pré-campanha de Nunes reconhecem sua fragilidade eleitoral. O prefeito chegou ao cargo não pelo voto, mas por uma fatalidade: a morte de Bruno Covas, de quem era vice, cinco meses após a posse, em 2021. No MDB, aposta-se, porém, que a campanha permitirá mostrar quem é Nunes e suas realizações. Citam, por exemplo, o fim das filas para matricular crianças em creches de 2020 em diante, a vacinação contra a Covid-19 em 2021 e a pavimentação de ruas.

Outro trunfo do prefeito seria o apoio da nata do dito "Centrão". Além de Costa Neto, do PL, a canoa de Nunes conta, por ora, com Gilberto Kassab, vice-governador paulista e cacique do PSD, Ciro Nogueira, senador pelo Piauí e chefe do PP, e Marcos Pereira, deputado e líder do Republicanos. A campanha do prefeito será coordenada pelo presidente do MDB, deputado Baleia Rossi. Caso a aliança se confirme, o prefeito terá uma enormidade de propaganda na tevê, muito dinheiro e uma penca de cabos eleitorais.

A disputa em São Paulo deve ter no páreo os deputados Tabata Amaral, do PSB, e Kim Kataguiri, do União Brasil. Candidatos a coadjuvantes, no entanto. Para o bem e para o mal, o que se desenha é um *mano a mano* indireto entre Lula e Bolsonaro. •

**O CENÁRIO ATUAL NA DISPUTA PELA PREFEITURA DE SÃO PAULO***




*Fonte: Média dos levantamentos Apex Partners, Atlas Intel e Paraná Pesquisas, feitos em dezembro

Distribuição 100% gratuita - Clube de Revistas



# Direito negado

**SÃO PAULO** Prefeitura fecha serviço de aborto legal e entrega direção de hospital de referência a uma militante "pró-vida"

POR MARIANA SERAFINI

Em meados de dezembro, a mãe de uma criança de 12 anos, vítima de estupro e grávida em decorrência do abuso, buscou o serviço de aborto legal do Hospital Municipal de Vila Nova Cachoeirinha, na Zona Norte da capital paulista, e teve o atendimento negado. As portas fechadas não faziam sentido, uma vez que o local é referência para o procedimento em todo o estado. Com a gravidez em estágio avançado, a garota foi acolhida pelo Projeto Vivas e levada para Uberlândia, no interior de Minas Gerais, a 600 quilômetros de São Paulo, para realizar o procedimento com segurança em outra unidade do SUS. "Uma profissional da saúde entrou em contato conosco e pediu ajuda para que essa menina não ficasse largada de qualquer jeito, porque a prefeitura, além de negar o atendimento, recusou-se a encaminhá-la para outro hospital", denuncia Rebeca Mendes, integrante da ONG que auxilia mulheres a acessar esse tipo de serviço.

Dias depois, a ONG foi acionada outra vez, também por funcionários do serviço de aborto legal, para acolher uma adolescente de 15 anos que estava na mesma situação. Esta foi encaminhada para Salvador, na Bahia, a quase 2 mil quilômetros da capital paulista. "Nesse momento, descobrirmos que o Hospital de Vila Nova Cachoeirinha havia suspendido o atendimento para os abortos legais, mas foi tudo muito nebuloso. Não houve qualquer anúncio formal sobre o que estava acontecendo", relata Mendes. Somente em 20 de dezembro a prefeitura divulgou um comunicado oficial. Depois disso, a Justiça determinou três vezes a retomada do serviço, mas o município ignorou as decisões e obteve uma liminar para derrubá-las.

**A interrupção do serviço** de aborto legal é uma decisão do secretário municipal de Saúde, Luiz Carlos Zamarco, que recentemente entregou a direção do hospital à ginecologista Marcia Tapligliani, filiada ao PL de Jair Bolsonaro e do governador Tarcísio de Freitas, neoaliados do prefeito Ricardo Nunes, do MDB. Com um forte discurso antiaborto, ela candidatou-se a deputada estadual nas eleições de 2022, mas não conseguiu se eleger – obteve apenas 8.505 votos. "Não sei se já saiu a nomeação (*no Diário Oficial*). Essa troca

A nova gestora foi candidata a deputada estadual pelo PL de Jair Bolsonaro e de Tarcísio de Freitas

Distribuição 100% gratuita - Clube de Revistas

**Perfil.** Com um discurso antiaborto, Tapigliani obteve 8.505 votos nas eleições de 2022 e não conseguiu se eleger

na direção já estava sendo negociada desde novembro do ano passado", confirmou Zamarco à reportagem de *CartaCapital*. "Havia algumas denúncias contra o antigo diretor e tivemos que tirar ele de lá."

Na avaliação de Mendes, do Projeto Vivas, um acontecimento pode ter precipitado o fim abrupto do serviço de aborto legal. No ano passado, o Hospital de Vila Nova Cachoeirinha passou a adotar um novo método de interrupção da gravidez, a indução à assistolia fetal, que leva à parada dos batimentos cardíacos do feto. Esse procedimento é recomendado pelo Ministério da Saúde em casos de aborto tardio, após 22 semanas de gestação. São poucos os hospitais no País que contam com profissionais capacitados para realizar a intervenção. "Por incrível que pareça, a Secretaria de Saúde de São Paulo não sabia que esse procedimento estava acontecendo no Vila Nova Cachoeirinha. Aí começaram conflitos entre a coordenação do serviço de aborto legal do hospital e gestores da pasta", relata a ativista.

Ainda de acordo com Mendes, funcionários do hospital foram pressionados a abandonar o procedimento, sob a infun-

REDES SOCIAIS E PREFEITURA DE SÃO PAULO

Distribuição 100% gratuita - Clube de Revistas

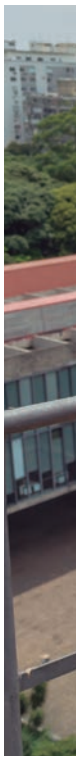


dada alegação de impedimentos legais. O assédio foi tão grande que a coordenação do serviço de aborto legal chegou a realizar um *workshop* para tranquilizar os servidores e esclarecer que a legislação assegura o direito ao aborto para mulheres vítimas de estupro, com gravidez de risco ou com diagnóstico de má-formação do feto, independentemente da idade gestacional.

Após trocar a direção do hospital, a Secretaria de Saúde solicitou os prontuários médicos de todas as pacientes que realizaram aborto na unidade entre 2021 e 2023. Os dados são sigilosos e só podem ser obtidos com autorização judicial, mas essa etapa foi atropelada. Zamarco alega que as fichas foram acessadas para uma investigação interna, destinada a apurar se os procedimentos realizados nos últimos anos estavam "de acordo com a lei".

**Durante a campanha** para deputada estadual, a nova diretora do hospital apresentou-se ao eleitorado como uma "defensora da vida". Em uma de suas peças publicitárias, Tapligliani argumenta que a vida começa "a partir da concepção", algo que seria "indiscutível para a ciência e a teologia", e prossegue: "O PL é a favor da preservação da vida em qualquer estágio evolutivo que ela se encontre". Mesmo fora no período eleitoral, ela mantém a militância antiaborto. Chegou a divulgar a foto de um recém-nascido no Instagram, acompanhada de uma apelativa legenda: "Não há nada mais desumano do que ter sua vida arrancada, de ter o seu corpo destroçado impiedosamente enquanto ainda está vivo, sem ter como se defender".

Zamarco insiste que os serviços de aborto legal não foram interrompidos por questões ideológicas, e sim porque o hospital precisava priorizar a realização de cirurgias de endometriose, doença que afeta o tecido do interior do útero. "No ano passado, o Cachoeirinha não fez o que precisava ser feito. Fez somente 13 cirurgias, e deixou 1.033 pacientes na fila. Então a gente interrompeu o aborto para reorganizar o serviço. Nada contra o Cachoeirinha fazer o aborto legal, ele pode voltar a fazer, mas, primeiro, vai ter de atender todas as pacientes com endometriose que deixaram de ser atendidas." Não há previsão de quando será possível zerar essa fila, logo, não se sabe quando o hospital voltará a abrir as portas para mulheres em busca da interrupção legal da gravidez, afirma o secretário.



Ao longo desses quase dois meses do serviço suspenso, a Justiça determinou três vezes que o hospital volte a prestar o atendimento. A primeira decisão exigiu, ainda, uma busca ativa de todas as gestantes que procuraram a unidade e não foram acolhidas. Na segunda sentença, a juíza Simone Gomes Rodrigues Casoretti, da 9ª Vara de Fazenda Pública do Tribunal de Justiça, determinou que o serviço fosse retomado em até dez dias e proibiu o hospital de recusar pacientes em busca do aborto legal. Na terceira, a

Distribuição 100% gratuita - Clube de Revistas

**Retrocesso.** "A prefeitura não pode negar um direito garantido desde 1940", afirma a deputada Luciene Cavalcante, do PSOL

COLETIVO EDUCAÇÃO EM PRIMEIRO LUGAR! E FÁBIO RODRIGUES POZZEBOM/ABR

mesma juíza estipulou multa diária de 50 mil reais em caso de descumprimento da decisão. Em paralelo, o Ministério Público também pediu à prefeitura explicação dos motivos que levaram à desativação do aborto legal na unidade de saúde, e estipulou um prazo de dez dias, a contar a partir de 11 de fevereiro, para que sejam prestados tais esclarecimentos.

A prefeitura conseguiu, porém, uma liminar que derrubou as três decisões judiciais. "Provamos ao juiz não ser verdade que o município não realiza o aborto legal depois de 22 semanas em outros hospitais. Nós oferecemos esse serviço em quatro outras unidades, e por isso pudemos interromper o atendimento no Cachoeirinha", alega o secretário de Saúde. Segundo Zamarco, a orientação aos funcionários do Vila Nova Cachoeirinha é que toda paciente em busca de aborto que chegue à unidade seja direcionada para um dos outros hospitais habilitados a prestar o atendimento.

As ações judiciais foram movidas pela deputada federal Luciene Cavalcante e pelo vereador Celso Giannazzi, ambos do PSOL. "É muito grave o que está acontecendo. A prefeitura não pode negar um direito que é garantido por lei às mulheres desde 1940 no nosso país", lamenta Cavalcante. "Estamos preparando novos recursos. Vamos seguir com a batalha no Judiciário, mas também vamos acionar o Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania e o Ministério das Mulheres, porque entendemos que um direito tão importante como esse não pode ser tratado dessa forma."

**Zamarco diz que a mudança visa priorizar cirurgias de endometriose. O que impede o hospital de oferecer os dois serviços?**

A ativista Tabata Tesser, do grupo Católicas pelo Direito de Decidir, atribui a suspensão do serviço a uma estratégia eleitoreira de Ricardo Nunes. "Ele sempre foi um dos principais ativos do conservadorismo de São Paulo, e agora está em busca de apoio bolsonarista para seu projeto de reeleição. Claramente transformou esse episódio num fato político para agradar a essa base". Já a médica obstetriz Maira Bittencourt, integrante do Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde, que integra a Frente Estadual pela Legalização do Aborto de São Paulo, vê com muita preocupação o atual cenário. "É uma quebra na cadeia dos direitos. O hospital é referência. Ao interromper o serviço dessa forma, além de dificultar o acesso, aumenta o estigma sobre as mulheres que buscam o aborto. É muito grave."

**Ela explica que** o coletivo faz um trabalho de redução de danos, "atendimento que o Estado deveria prestar e não faz", denuncia. No caso do acesso ao aborto, redução de danos é acolher e ajudar a gestante a realizar o procedimento em segurança se estiver dentro da legalidade. "Agora, se uma mulher decide abortar de forma ilegal, não é porque é criminalizado que ela vai deixar de fazer, então o nosso papel é tentar reduzir os riscos", explica.

Nos casos de aborto ilegal, o grupo composto de médicas, psicólogas e profissionais do Direito orienta a gestante sobre os riscos envolvidos, alertam para os golpes que podem existir nas redes clandestinas com medicamentos falsos e esclarecem os sintomas que precisam ser analisados para buscar ajuda médica. Esse trabalho é realizado também no Uruguai e na Colômbia e foi importante para fazer esses países avançarem ao ponto em que estão hoje, onde o aborto é garantido em qualquer situação. •

Distribuição 100% gratuita - Clube de Revistas



# O irracional da morte

**ARTIGO** O legado de inovações na segurança paulista, positivo para policiais e civis, corre sérios riscos

POR DANIEL CERQUEIRA*

Numa incursão nas estreitas vielas de uma favela em Santos, de pouco mais de 1 metro de largura, policiais militares perseguiam um alvo incerto ziguezagueando entre os casebres, quando, subitamente, o soldado Samuel Cosme se deparou com a morte. O assassino disparou à queima-roupa contra o rosto do policial numa triste cena registrada pela câmera corporal do soldado. Lamentavelmente, casos como este aumentaram em São Paulo no último ano. Em 2023, o número de policiais mortos subiu 50%, foram nove valorosos profissionais assassinados em serviço. Por que morreram?

Uma resposta primária e pouco inteligente poderia ser de que os nossos bravos policiais, no estrito cumprimento da missão, se defrontaram com criminosos que não hesitaram em atirar covardemente. Esta resposta é, no entanto, uma tautologia improdutiva que coloca ênfase apenas no papel do criminoso. Desse modo, como as incursões são "sempre" necessárias e como sempre haverá criminosos covardes e impiedosos, logo policiais morrerão. Ossos do ofício.

Este raciocínio, levado a cabo por muitas autoridades da área, esconde responsabilidades e desvia o foco das atenções para o campo emocional da luta entre o Bem e o Mal, interditando o uso da racionalidade a favor de uma política de segurança pública efetiva que proteja, inclusive, a vida e a saúde psicológica dos policiais.

Caberia, em primeiro lugar, perguntar se todas essas incursões são realmente necessárias e contribuem para fazer diminuir o número de crimes ou para aumentar a sensação de segurança da população, objetivo de qualquer política de segurança pública. Claro que, se as operações policiais são orientadas por um trabalho prévio de inteligência para atingir objetivos específicos, como a prisão de criminosos que ocupem papéis estratégicos nas redes criminais, a desarticulação de paióis, ou ainda o cumprimento de mandados judiciais, a ação é necessária. Se, por outro lado, as incursões são voltadas para a prisão aleatória de criminosos que, porventura, estejam nas quebradas portando armas ou drogas, será que os benefícios superam os custos e riscos esperados?

**Matar ou morrer no exercício da profissão deveria ser uma possibilidade remota, exceção da exceção**

Em territórios urbanos complexos, em que há a presença de grupos criminosos fortemente armados, tais ações envolvem alto custo para o Estado, em termos do uso de recursos, inclusive de horas de trabalho dos profissionais da segurança pública (que poderiam estar alocados no policiamento e na contenção de crimes na cidade). Outra consequência, além dos riscos para os policiais e civis, é o aumento da insegurança na comunidade e sentimento de animosidade contra a polícia (e vice-versa), o que extingue qualquer chance de sucesso de uma política de segurança efetiva, que necessita da união de esforços entre esses atores.

**De fato, enquanto** o entra e sai aleatório da polícia fortemente armada nas comunidades – geralmente deixando um rastro de mortes – é irracional, a sua presença permanente para defender os direitos de cidadania nas quebradas é requerida e desejada por toda a sociedade e pela comunidade, em particular, como bem nos lembra o exemplo das UPPs no Rio de Janeiro.

Não obstante, se a incursão é necessária, como nas condições explicadas anteriormente, o planejamento tático deveria ser cuidadoso, de modo a evitar mortes de policiais e civis. Como bem salientou o tenente-coronel Dave Grossman em seu livro *On Killing: The Psychological Cost of Learning to Kill in War and Society*, utilizado por todas as forças de segurança norte-americanas, policiais obrigados a lidar continuamente com episódios que resultam em mortes têm maiores chances de desenvolver problemas emocionais severos e ideações suicidas.

Quando olhamos os países de tradição anglo-saxônica, em que as políticas públicas são orientadas pelas evidências científicas, vemos o quanto nos fal-

Distribuição 100% gratuita - Clube de Revistas

Operações sem planejamento aumentam a vulnerabilidade dos agentes

MASTRANGELO REINO/GOVSP

ta avançar. Alguns poucos exemplos. A Nova Zelândia teve 33 policiais mortos em serviço desde 1890. No Canadá, em média, quatro policiais foram mortos nos últimos dez anos. Mesmo nos EUA, um país com alta prevalência de armas, na última década, em média, cem policiais foram mortos anualmente.

Políticos inescrupulosos muitas vezes usam as mortes de policiais e de civis para exaltar o bravo trabalho desses "heróis". Ninguém faz, porém, concurso público para herói. Matar ou morrer no exercício da profissão deveria ser uma possibilidade apenas remota, exceção da exceção. Nas modernas sociedades democráticas, os policiais cumprem uma função extremamente nobre e precisam ser valorizados. E a melhor forma de valorizar esses profissionais é lhes garantir condições dignas de trabalho, sem expô-los a riscos físicos e mentais desnecessários, em ações planejadas com base na racionalidade e nas evidências científicas e não na ideologia da guerra e da brutalidade.

**Nesse ponto, os** acontecimentos no campo da segurança pública paulista têm preocupado. Em 2023, como apontado, o número de policiais mortos no estado aumentou 50%, ao passo que o número de civis mortos por intervenção policial aumentou 19,7%, revertendo uma trajetória de queda acentuada, que registrou o menor nível histórico de mortes de civis, em 2022.

Desde 1997, São Paulo tem sido palco de boas inovações baseadas em evidências científicas, como a implantação do modelo japonês de polícia comunitária, que fez reduzir radicalmente a criminalidade no Jardim Ângela, a criação do Infocrim no começo dos anos 2000, que permitiu maior eficiência do policiamento no estado e, mais recentemente, o excepcional projeto Olho Vivo, de câmeras corporais nos policiais, com várias avaliações de impacto extremamente positivas. A julgar pelas palavras e ações do governador e do secretário de Segurança, todo esse legado, que contribuiu para a queda de homicídios desde 1999, está em risco. Esperamos, contudo, que a racionalidade pela preservação da vida prevaleça. O povo paulista agradece. •

**Pesquisador do Ipea, professor do PPGSP da UVV, conselheiro do Fórum Brasileiro de Segurança Pública e coordenador do Atlas da Violência.*

Distribuição 100% gratuita - Clube de Revistas



# Brumadinho nunca mais

**OPINIÃO** Por que o Congresso precisa aprovar um plano de risco ambiental das mineradoras

POR ZENAIDE MAIA*

Trabalho no Senado para aprovar, neste mês de início de ano legislativo no Congresso, meu Projeto de Lei exigindo que todas as empresas mineradoras tenham um plano de gerenciamento de desastres, de forma a proteger a população e o meio ambiente e evitar que se repitam tragédias como a de Brumadinho. No momento em que se completam cinco anos das 270 mortes dessa catástrofe ainda impune, decorrente do rompimento, considerado evitável, de uma barragem comprometida da mineradora Vale, está com parecer favorável e pronto para votação no Senado, desde dezembro último, o Projeto de Lei (PL 1303/2019), de minha autoria, para exigir que o plano de aproveitamento econômico das jazidas contenha obrigatoriamente um plano de gerenciamento de risco de acidentes ambientais.

Meu objetivo é criar um mecanismo legal para garantir condições de segurança e sustentabilidade ambiental na exploração das atividades minerais. Aprovando esta lei, o Parlamento, que representa a população, vai contribuir para que as vidas humanas não continuem a ser tratadas apenas como mais uma variável que compõe a equação do lucro buscado por um extrativismo hoje predatório, mal regulado, mal fiscalizado e descontrolado.

Trabalho politicamente para que meu projeto seja votado ainda em fevereiro, inaugurando os trabalhos legislativos de 2024. Luto para aprovar essa medida desde que entrei no Senado, em 2019, e estou confiante na sensibilidade dos líderes partidários para essa resposta efetiva e necessária ao País e, principalmente, às vítimas desse crime que segue nos chocando após cinco anos de impunidade. A tragédia de Brumadinho não ocorreu no estado que represento no Senado, mas exige ação imediata de todo agente político eleito pelo povo.

**Na prática,** ao alterar o Código de Minas (Decreto-Lei nº 227/1967), que dispõe sobre a exploração de minérios no Brasil e lista as obrigações para a criação do plano de aproveitamento econômico da jazida, minha proposta impõe, ao ser apresentado o requerimento de autorização de lavra de jazidas, a apresentação de medidas de prevenção de eventuais desastres ambientais, por meio de um projeto para gerenciar e controlar o risco de acidentes ambientais. O plano de aproveitamento é apresentado pelo minerador a órgãos públicos, juntamente a outros documentos, para requerer a concessão da lavra. No âmbito federal, o tema está sob alçada da Agência Nacional de Mineração (ANM).

**Vidas humanas não podem ser apenas parte da equação do lucro das empresas**

Meu projeto foi aprovado na Comissão de Infraestrutura do Senado em junho de 2019, tendo seguido para a Comissão de Meio Ambiente, na qual recebeu recentemente relatório favorável da senadora Teresa Leitão (PT-PE), constando desde dezembro passado como pronto para entrar na pauta de votação. Só falta a vontade de política do Senado. Em mais abrevia-

Distribuição 100% gratuita - Clube de Revistas

FELIPE WERNECK/IBAMA

**Impunidade.** Passados cinco anos, ninguém pagou criminalmente pelas 270 mortes na tragédia. E o gerenciamento de desastres continua frouxo

do tempo de tramitação e análise, o parecer da proposta de lei será votado em decisão terminativa (decisão final) na CMA, a menos que haja pedido parlamentar para ir a voto no plenário principal da Casa. Eleitores, cobrem os seus representantes.

O fato é esse: cinco anos depois e ninguém foi punido. Nessa tragédia humanitária nacional, ninguém foi condenado pelas 270 mortes de Brumadinho. O Ministério Público constatou omissão e falhas de segurança na barragem de rejeitos. Enquanto isso, o lucro líquido da Vale em 2021 foi de 121 bilhões de reais. E os responsáveis por essa lama na história do País pedem paciência, dizem que não podem ser rápidas as indenizações às vítimas. Mas a tragédia que matou tanta gente foi ligeira. Por quanto tempo vamos conviver com esse tipo de risco?

Em novembro passado, ao declarar voto favorável e defender, na sessão plenária, o Projeto de Lei (PL 2.788/2019) aprovado, que institui a Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens, condenei a postura das empresas de exploração mineral que causam danos irreparáveis à vida das pessoas e ao meio ambiente, e deixam de cumprir responsabilidades. Critiquei a morosidade da Justiça diante das tragédias, mencionando a situação das famílias das 270 vítimas do rompimento da Barragem da Mina do Córrego do Feijão, em Brumadinho, ainda aguardando justiça e reparação.

Frisei que a mineradora tinha conhecimento dos problemas de estabilidade da barragem e seguiu a operar, e que o Ministério Público Federal ofereceu denúncia contra 16 suspeitos por homicídio qualificado, porém, o caso seguia sem solução judicial, representando mais um sofrimento para as famílias e para a região como um todo. O cenário que descrevo dá uma amostra do enorme potencial danoso da atividade mineradora em nosso País, tanto para as populações que vivem próximo a esses empreendimentos quanto para a natureza.

**Esta é uma questão** criminal, humanitária e econômica que o Brasil e o Congresso não podem calar nem ignorar. As regras para exploração mineral têm de ser rigorosas. Cobramos justiça e reparação. Não vamos esquecer de quem perdeu a vida e de quem luta para reconstruir a própria história em meio a tanta dor, a tantas perdas e a tanto desamparo. Reitero: os graves rompimentos de barragens que mataram centenas de pessoas, sem contar os prejuízos materiais e ambientais, demandam providência urgente de se criarem mecanismos preventivos para que esses desastres não se repitam.

Estou em mobilização legislativa para tornar lei uma iniciativa concreta: a matéria que proponho estabelece freios à irresponsabilidade da exploração privada e representa um esforço significativo para oferecer uma solução nacional e garantir direitos das populações e dos municípios atingidos por barragens. Precisamos, pelo bem do País e do povo, evitar a ocorrência de catástrofes semelhantes, e para isso é vital aumentar a segurança e a sustentabilidade das atividades de mineração. É o mínimo que se espera do Estado brasileiro. •

**Senadora pelo PSD-RN.*

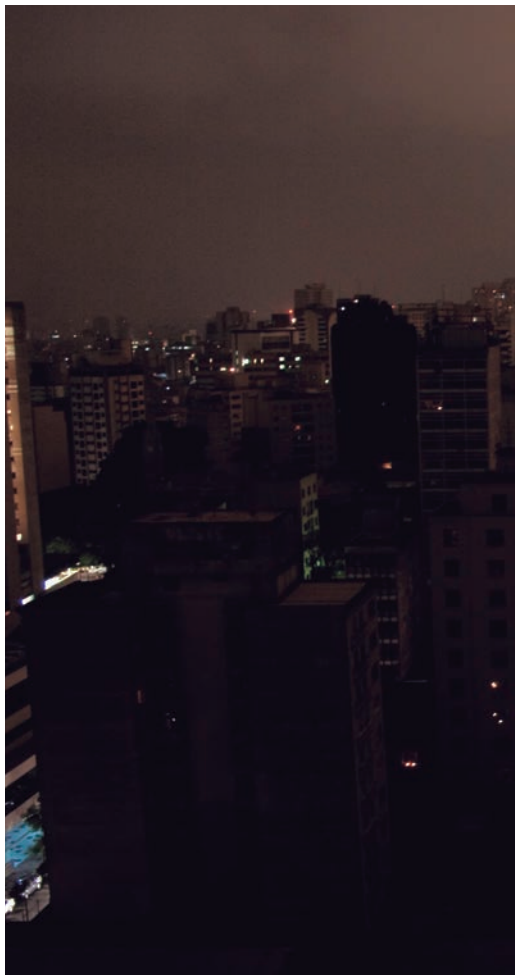
Distribuição 100% gratuita - Clube de Revistas



# Casca de banana

**TRANSIÇÃO ENERGÉTICA** Vista só como solução, a mudança implica também incontáveis desafios

POR CARLOS DRUMMOND



Não raro entendida como passaporte para a salvação diante do risco de colapso climático, a transição energética, em especial a do sistema de energia elétrica, precisa ser encarada também como o desafio colossal que é, com efeito transformador profundo na economia, na relação entre os países, na organização da sociedade e no dia a dia das pessoas. Esta poderia ser uma síntese das dezenas de debates realizados por professores do Grupo de Economia da Energia do Instituto de Economia da UFRJ, sistematizados pelo pesquisador Ronaldo Bicalho, coordenador do *blog* Infopetro, que contém o acervo das discussões.

As dimensões do desafio ficam evidentes no caso exemplar do sistema elétrico brasileiro, a enfrentar uma série de problemas graves, que sobressaem nas inúmeras interrupções de fornecimento nas grandes cidades. Os desastres em série "representam esse momento difícil e traduzem a crise da distribuição de energia elétrica", sublinha Bicalho. Na geração, há crescente instabilidade no sistema, gerada pela forte entrada das energias renováveis no sistema elétrico brasileiro.

São apenas dois problemas que ocorrem em um sistema "extremamente complexo" e denotam uma crise mais ampla. Trata-se do esgotamento do modelo de mais de cem anos do setor elétrico, que não conseguiu acompanhar o crescimento do sistema, o que contribuiu para tornar o risco hidrológico de esporádico em sistemático, em um contexto de descarbonização e restrição crescente do uso dos combustíveis fósseis.

**Um dos aspectos** mais importantes da transição é o crescimento da desigualdade entre os países avançados e os demais, sublinha o economista Helder Queiroz, professor titular do Instituto de Economia da UFRJ. Esse cenário não permite prever uma mudança substancial na correlação de forças entre países avançados e nações em desenvolvimento, na qual o primeiro grupo impõe soluções e modelos em benefício próprio, e quase sempre em detrimento do grupo menos favorecido.

**A eletrificação de carros pressiona a extração de minérios críticos e cria uma nova geopolítica**

No mundo real não há, portanto, uma passagem mágica e salvadora para o mundo das energias renováveis, no qual o Brasil às vezes é apontado como alternativa para um planeta imerso em problemas energéticos, como faz crer certa propaganda ufanista. Além disso, a pressa é inimiga das boas soluções, inclusive para o País, alerta Clarice Ferraz, professora da Escola de Química da UFRJ e pesquisadora do GEE. A alternativa do hidrogênio verde, em que o Brasil aparece como ótima solução para outros países, é um exemplo dos perigos existentes.

"O hidrogênio verde está sendo pro-

Distribuição 100% gratuita - Clube de Revistas

TAMBÉM NESTA SEÇÃO →

pág. 38
**Belluzzo.** Os dados atestam o êxito da gestão do ex-ministro Guido Mantega

**Apagão.** É na distribuição que se vê os limites do sistema elétrico centenário. A Eletrobras é peça-chave na equação

ANDERSON NASCIMENTO E REDES SOCIAIS

duzido para entregar energia barata para quem? Para exportação, visando descarbonizar empresas no exterior? É preciso ver também qual será o balanço final do processo para gerar essa eletricidade no País, para exportar esse hidrogênio que vai ser aproveitado", ressalta Ferraz. O balanço é muito ruim. Há mapeamentos que mostram a existência de mais emissões associadas a esse processo.

**Algumas soluções** trazem novos problemas, de difícil resolução. É o caso dos carros elétricos, que se consolidam como opção clara ao uso de combustíveis fósseis, mas geraram também uma "necessidade ampliada de energia elétrica a partir do aumento maior que o previsto do seu uso", destaca Queiroz. O problema, para os países em busca do desenvolvimento, é que "a eletrificação pressiona a extração de minérios críticos e cria uma nova geopolítica", desfavorável para esse grupo. O pico previsto do uso de fontes não renováveis em 2030 e as dificuldades do novo modelo, do qual os carros elétricos fazem parte, tendem a exacerbar-se a cada ano.

O modelo novo a ser construído será fundamental para estruturar a reindustrialização, calcada na descarbonização e no uso de energias renováveis, sublinha Bicalho. O esgotamento do padrão atual ocorre em um contexto "muito particular, que torna o problema muito mais difícil". As novas energias renováveis, diz, são diferentes, são fluxos intermitentes que não se consegue armazenar, diferentemente dos combustíveis fósseis e da energia hidráulica, que são estocáveis. "É complicado. Como é que se introduzem essas fontes intermitentes? Nós vamos mudar a

Distribuição 100% gratuita - Clube de Revistas

TAUAN ALENCAR/MME

**Paraíso?** Vista como Shangri-lá, a produção de hidrogênio verde pode aumentar a dependência do País

nossa base de recursos naturais, mas vamos ter de mudar também a nossa base técnica, econômica, organizacional e institucional", ressalta o economista.

Os participantes dos debates alertam para a necessidade de uma mudança ampla, no modo como hoje se gera, se transporta, se distribui e se utiliza a energia elétrica, com a entrada das renováveis. Será necessário modificar também o modo como são estabelecidas as tarifas, assim como a forma de financiamento do setor, a maneira de organização das empresas elétricas, a estruturação da cadeia produtiva de geração, transmissão, distribuição e utilização, a regulação do sistema e as políticas públicas para o setor.

**A transição, concordam** os integrantes do grupo, dada a complexidade e o alto custo das mudanças, não terá chance de dar certo sem a coordenação do Estado. Mas isso não tem como ser feito de modo correto sem investimento contínuo em inovação, crucial para equacionar os numerosos desafios, de todos os tipos, embutidos na transição.

Uma questão fundamental, prosseguem os economistas, é o papel da Eletrobras. A empresa privatizada detém 50% dos reservatórios, mais de 40% das linhas de transmissão e mais de 40% da capacidade de geração hidrelétrica, que ela controla de algum modo. São ativos de flexibilidade, fundamentais quando fontes intermitentes entram e saem do sistema.

"O poder de mercado da Eletrobras vai crescer cada vez mais. Quem vai se apropriar? É preciso fazer com que esses ativos contribuam para reduzir o custo da transição brasileira. A opção é deixá-los para o senhor Lemann e seus sócios aumentarem a renda deles. É disso que se trata", dispara Bicalho. Essa definição, diz, jogada hoje no palco da AGU e dos advogados da Eletrobras, é essencial para que se possa resolver o problema. "Não é brincadeira, algo que se possa resolver apenas com uma disputa de advogados. A Eletrobras é um elemento fundamental para o País ter chance no jogo da transição. Ativos como o da Eletrobras serão duramente disputados, pelo Estado inclusive", frisa o economista.

**Não existe uma passagem mágica e salvadora para o universo das energias renováveis**

Na área de energia elétrica, a distribuição é a atividade mais afetada pela transição. Muda dramaticamente. Há necessidade de soluções locais. Não será mais possível adotar um padrão universal, como foi o do setor de petróleo e gás no século XX. As soluções ótimas passam por não padronização, pela busca do melhor aproveitamento das capacitações e bases de recursos energéticos, humanos e tecnológicos de cada país, resume o economista Marcelo Colomer, professor do IE-UFRJ. "A falta de padronização coloca o desafio que é trabalhar em escalas menores. Como é que a economia lida com isso? É um novo modelo que será exigido."

Entre o pragmatismo da necessidade premente de investimentos para manter o crescimento e as dificuldades da posição minoritária no Congresso, o governo parece distante de uma abordagem tão abrangente quanto seria necessário. O aumento de 62% do financiamento em transição energética em 2023 é positivo, mas também muito distante daquilo que o BNDES poderia entregar, se o País não estivesse sujeito ao garrote fiscal imposto por bancos e a oposição. O plano da holandesa Green Energy Park de investir 18 bilhões de euros no Piauí, para erguer uma das maiores plantas de hidrogênio verde do mundo, é animador, mas permanece a indagação sobre o quanto esse setor contribuirá para o desenvolvimento efetivo da indústria local ou apenas reforçará a primarização. A assinatura, pelo ministro Alexandre Silveira, das Minas e Energia, de um plano de trabalho com a Agência Internacional de Energia para acelerar a transição energética no País gera preocupações quando se considera que a AIE, segundo a imprensa internacional, é bancada pelo oligopólio do petróleo. •

Distribuição 100% gratuita - Clube de Revistas

**PAULO NOGUEIRA BATISTA JR.**

Economista, foi vice-presidente do Novo Banco de Desenvolvimento, estabelecido pelos BRICS em Xangai, e diretor-executivo no FMI pelo Brasil e mais dez países

# *Vive la France!*

▶ O Brasil está diante de uma teia de acordos neoliberais

A França resiste tenazmente ao acordo Mercosul-União Europeia, como é público e notório. Devemos concluir que ele está morto e enterrado? Talvez não. Vou explicar por que ainda estou inquieto.

Há forças poderosas, dos dois lados do Atlântico, que insistem em concluir a negociação. Do lado europeu, principalmente a Alemanha e a Comissão Europeia. Do nosso lado, a Argentina e, ao que parece, o Brasil. Pode parecer estranho que o governo brasileiro esteja no mesmo barco que a Argentina de Milei. Infelizmente, é o que parece estar acontecendo.

Desde o ano passado, argumentei que havia motivos abundantes para abandonar essa negociação. Não vou repetir os argumentos. Remeto a um artigo recente publicado aqui nesta coluna ("Complexo de vira-lata", 30 de novembro de 2023). Lembro apenas que o acordo abre os mercados do Mercosul à livre concorrência com as firmas industriais e demais empresas da União Europeia. Os principais prejudicados são a indústria e a agricultura familiar brasileiras.

E é exatamente por isso que a Alemanha continua lutando pelo acordo. As suas indústrias, as principais beneficiárias, estão ávidas para ganhar acesso pleno aos nossos mercados. Estão apreensivos com o posicionamento da França, que teme a concorrência do setor agroexportador do Mercosul. Note-se que o acesso adicional que os nossos produtores ganham com o acordo é pequeno. Mas os seus efeitos estão concentrados em alguns países, notadamente na França.

Como se explica que o governo brasileiro persista na busca do acordo? Pelo que pude depreender, as razões para a insistência são essencialmente do campo da política internacional. Há três argumentos desse tipo.

Em primeiro lugar, o governo parece convencido, por enquanto, de que é vantajoso fechar um acordo de grande magnitude com a Europa. Prepara-se, talvez, para proclamar que uma negociação que vinha se arrastando há mais de 20 anos foi concluída agora por causa da capacidade negociadora do governo. Os aspectos econômicos ficariam em segundo plano.

**Do ponto de vista** estratégico, ademais, faria sentido aproximar-se da Europa para reduzir a dependência em relação à China. O mercado chinês já é há alguns anos o principal destino das nossas exportações, em parte porque lá não enfrentamos barreiras expressivas à entrada de nossos produtos primários. O mercado europeu ajudaria supostamente a diversificar as nossas exportações.

Em terceiro lugar, levanta-se o temor de que a Argentina de Milei, frustrada com o eventual não fechamento de um acordo de tipo liberal, resolveria sair do Mercosul para negociar individualmente com a União Europeia. O acordo com os europeus seria assim condição *sine qua non* para a sobrevivência do Mercosul.

Os três argumentos são frágeis, no meu entender. Que sentido faz, primeiramente, comemorar a conclusão de um acordo emperrado há 20 anos ou mais? Não estava emperrado por acaso. A razão é que os europeus sempre ofereceram pouco e nós, até agora, não víamos vantagem em aceitar um acordo desequilibrado. Não se requer capacidade negociadora especial para fechar um acordo nessas bases. Qualquer um conclui uma negociação entregando, no essencial, as demandas da outra parte.

Não fica claro, em segundo lugar, como um acordo que nos fornece pouco acesso adicional aos mercados europeus poderia servir de contraponto à dependência em relação à China. Para isso, seria preciso que o acordo trouxesse possibilidades de aumentar as exportações do Mercosul. Ora, por causa das preocupações protecionistas na Europa, é exatamente isso que o acordo não nos proporciona.

Em terceiro lugar, a saída da Argentina do Mercosul é pouco plausível. São fortes os laços econômicos criados dentro do bloco, especialmente com o Brasil. Não é casual que Milei tenha abandonado as suas bravatas de campanha em relação ao Mercosul. E mesmo que Milei tentasse, o Congresso, provavelmente, não aprovaria a saída.

Para concluir, lembro que o acordo com a União Europeia não é o único problema na área das negociações comerciais. Ele é um de vários outros do mesmo estilo negociados no período Paulo Guedes. O ministro de Bolsonaro os deixou prontos ou quase prontos. Um deles, o acordo Mercosul-Cingapura, foi assinado em dezembro. Há outros na prateleira – com o Canadá, com a Associação Europeia de Livre-Comércio e a Coreia do Sul. Se não houver uma mudança de rumos, o Brasil estará em breve enredado em uma teia de acordos neoliberais.

Do seu túmulo político, Paulo Guedes comemorará. •

paulonbjr@hotmail.com

BAPTISTÃO

Distribuição 100% gratuita - Clube de Revistas



# Guido Mantega e tropeços da mídia

**FAZENDA** Os dados não confirmam a narrativa dos mercadistas, mas atestam o êxito da gestão do ex-ministro

POR LUIZ GONZAGA BELLUZZO

Sábado, 27 de janeiro, entrego-me à leitura do jornal *Folha de S.Paulo*. A manchete de primeira página anunciava: "Reação negativa faz Lula desistir de ter Mantega na Vale". À estrondosa manchete seguiam-se comentários dos jornalistas incumbidos de produzir a matéria.

Nessas deambulações, os profissionais da mídia oferecem aos leitores considerações a respeito das circunstâncias que cercaram as desistências do presidente Lula e do ex-ministro da Fazenda Guido Mantega. Lá pelas tantas, o leitor é abalroado por uma informação que não se coaduna com os fatos.

Vamos a um excerto do texto exibido pela *Folha*: "Após a reação negativa do mercado financeiro e do Conselho da Vale à pressão do presidente Lula para colocar Guido Mantega à frente da mineradora, o ex-ministro da Fazenda decidiu, em conjunto com o presidente, que não irá buscar a nomeação".

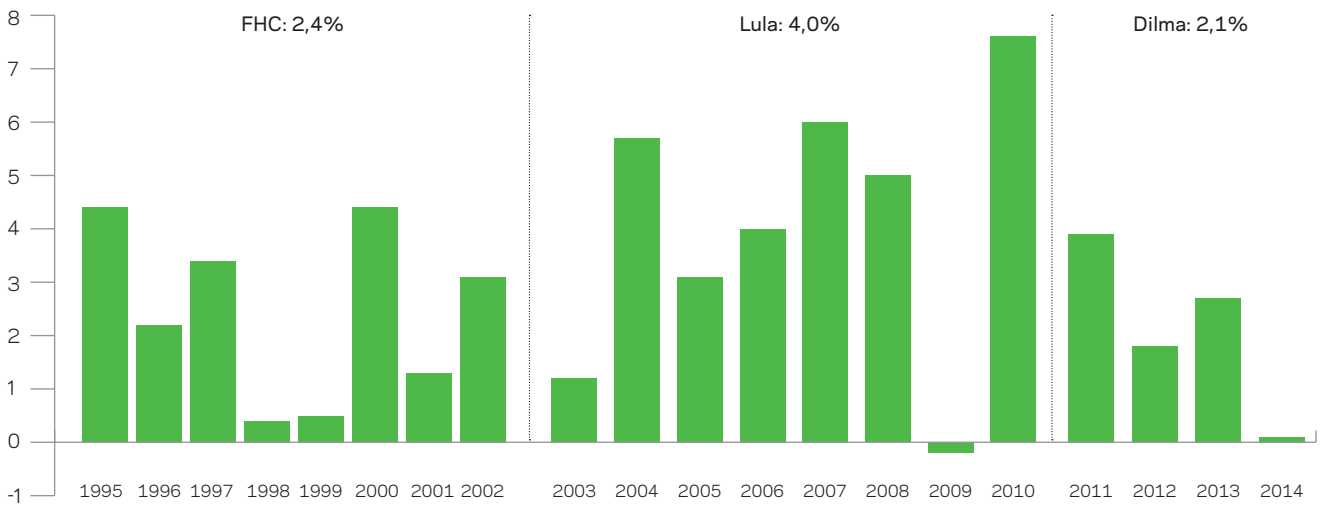
Mais adiante os gentis jornalistas da *Folha* tropeçam nas armadilhas dos preconceitos espargidos pelos finórios dos mercados financeiros: "O ex-ministro foi um dos responsáveis pela política econômica dos anos Dilma Rousseff (PT, 2010-2016) no poder, que levou à recessão".

Certamente movido por opiniões preconceituosas de muitos de seus articulistas de então, o jornal permitiu-se divulgar que o desastre de 2015-2016 contou com a participação de Guido Mantega.

**Mantega despediu-se** do governo Dilma em 2014, substituído pelo economista Joaquim Levy. Ostentando os sábios ensinamentos da Escola de Chicago, Levy empenhou seus saberes no "ajustamento da economia".

Na eleição de 2014, os mercados e seus súditos na academia e na mídia proclamavam o "desastre" dos governos Lula e Dilma. As desgraças, diziam eles, foram

**BRASIL: VARIAÇÃO REAL DO PIB, 1995-2014**
% ao ano




Fonte: Elaboração Centro de Pesquisas Econômicas da Facamp, a partir de IBGE

Distribuição 100% gratuita - Clube de Revistas

incitadas por um ímpeto gastador que teria destroçado as finanças públicas.

Os "especialistas mercadistas" que proclamavam as *desgraças* têm o hábito de enfrentar as formulações de seus êmulos desenvolvimentistas com increpações muito peculiares. Acusam os adversários de desconsideração com os dados e utilização de "narrativas".

**Vamos aos dados:**

Tenho a impressão de que os dados não confirmam a narrativa dos mercadistas, mas afirmam duas constatações. Primeiro, a gestão de Guido Mantega no Ministério da Fazenda foi exitosa: elevada taxa média de crescimento do PIB e Superávit Primário, o que não atesta *gastança,* mas afirma ensinamentos elementares de macroeconomia.

Produzido pela crise do *subprime*, o choque externo de 2009 foi enfrentado por um conjunto de medidas anticíclicas. A elevação do gasto foi movida, sobretudo, pelo impulso dos financiamentos do BNDES. Capitalizado (*sic*) pelos títulos do Tesouro, o banco disparou o crédito direcionado e suscitou a elevação da Formação Bruta de Capital para 21% do PIB.

**Preconceito.** Para a *Folha*, o desastre de 2015-2016 teve a mão de Mantega

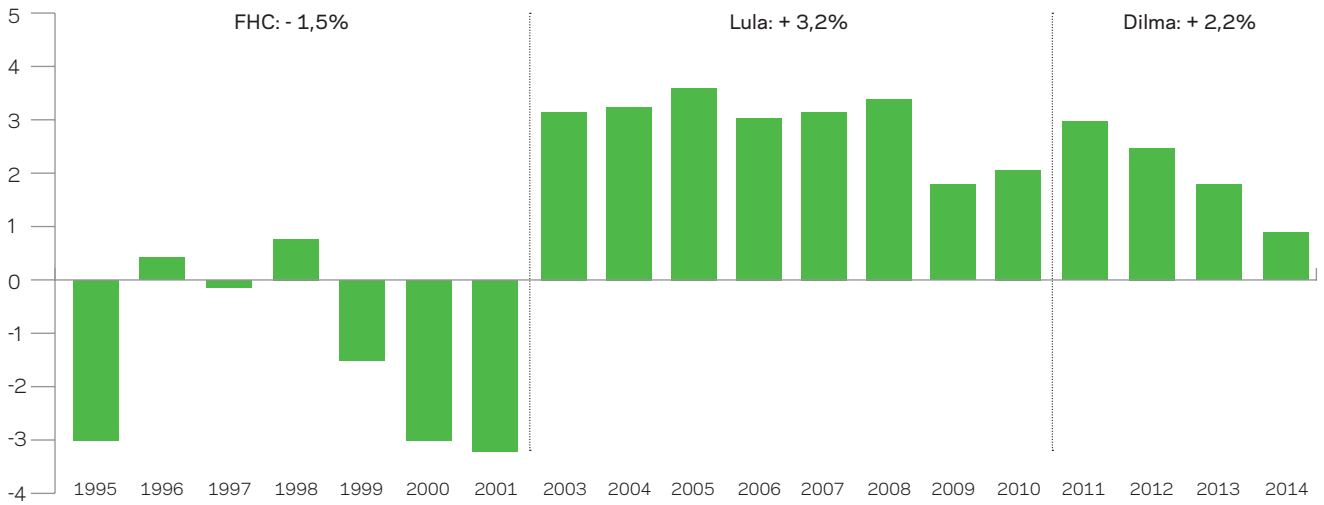
As tabelas acima também informam uma desaceleração do crescimento no período 2011-2014, quando as crises na Zona do Euro deflagraram temores e incertezas na economia internacional.

A encrenca de 2015-2016 foi produzida, certamente, pela "narrativa" que afirmava o excesso de gasto no período Lula-Dilma. Um "excesso" curioso e singular do ponto de vista da macroeconomia elementar. O comportamento abusivo do gasto provocou um excelente desempenho do resultado fiscal, expresso nos elevados superávits primários (também declinaram ao longo da desaceleração da economia).

Vitoriosa na eleição de 2014, Dilma sucumbiu ao terrorismo dos gestores e economistas acasalados na Faria Lima e permitiu que Joaquim Levy produzisse uma depressão econômica. O ajuste de Levy fez a economia brasileira desabar 3,8% em 2015 e 3,3% em 2016.

Em 2017, escrevi aqui com Gabriel Galípolo que, "após o crescimento de 0,5% em 2014, a economia do País descambou para dois anos de depressão. A trapalhada de 2015-2016 perpetrou a interação entre um choque de tarifas, a subida da taxa de juros, a desvalorização do real e o corte dos investimentos públicos. •

**BRASIL: RESULTADO PRIMÁRIO DO SETOR PÚBLICO CONSOLIDADO, 1995-2014**
Média anual, em % do PIB




JOSÉ CRUZ/ABR

Fonte: Elaboração Centro de Pesquisas Econômicas da Facamp, a partir de BCB

Distribuição 100% gratuita - Clube de Revistas



# Sem complexo

**ANÁLISE** O plano Nova Indústria Brasil é uma emancipação frente a um certo vira-latismo nacional

POR ANTONIO JOSÉ ALVES JR., ALÉXIS TORÍBIO DANTAS E MARCELO PEREIRA FERNANDES*

Nelson Rodrigues captou um elemento que supunha incrustado na nossa subjetividade, a vocação para a autodepreciação, que popularizou na expressão "complexo de vira-latas". Essa descrença no potencial de realização do País, que, diga-se de passagem, não tem amparo na nossa realidade, insiste em retornar.

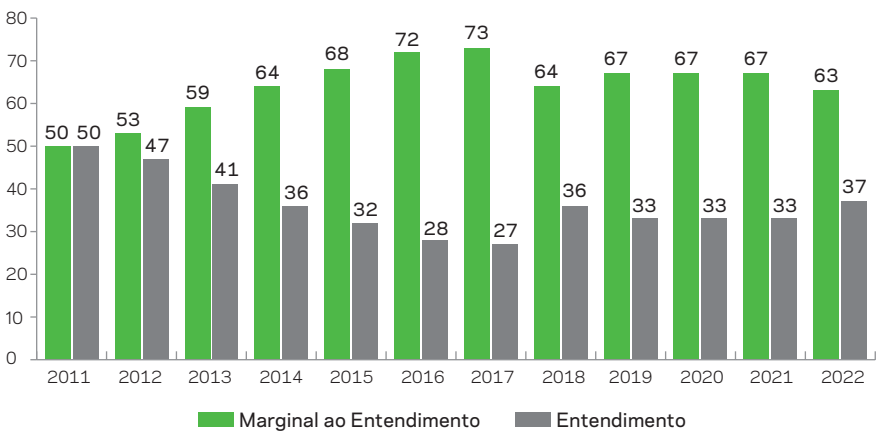
O exemplo mais recente do "vira-latismo" foi a recepção da imprensa e de analistas de mercado ao Nova Indústria Brasil, lançado no dia 22 de janeiro. Antes mesmo de uma análise perfunctória que fosse da política pública, duas afirmações, a "ideia velha" e o "nunca funcionou por aqui", estruturaram discursos quase unânimes, concluindo que "vai dar errado". Em parte, essa censura aponta para a decisão do governo de retomar o crédito público às exportações. O problema com essa censura é que ela não faz sentido no mundo em que vivemos. Todos os países que aspiram desenvolver uma indústria de bens e serviços tecnologicamente sofisticados, intensivos em capital, e com alto valor unitário, ofertam financiamento público de longo prazo com custos competitivos para ganhar mercados externos e assegurar escalas de eficiência.

Isso vale para os países do G7, mesmo contendo sistemas bancários e mercados de capitais sofisticados. Vale também para a China e a Índia. Todos empregam, sem timidez, suas Agências Públicas de Crédito à Exportação, para ofertar financiamento barato e farto à produção de aeronaves, embarcações, equipamento ferroviário, serviços de engenharia e equipamentos da economia verde. A própria Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, que advoga em seus estatutos a favor do livre-mercado, justifica a intervenção do Estado ao assumir que o sistema financeiro privado falha sistematicamente em ofertar crédito de longo prazo para exportações. Diante disso, é fácil concluir que, para o Brasil se reindustrializar, precisa fortalecer o seu sistema público de financiamento às exportações.

O vira-latismo brasileiro aparecerá em afirmações tolas, tais como aquelas que confundem financiamento com doação a países amigos, ou que propagam que o financiamento das exportações acaba com os recursos nacionais. Serão ouvidas *ad nauseam*. Essas bobagens deverão claramente ser rechaçadas, mas o perigo mora em outra linguagem. Haverá vozes razoáveis, cultas e moderadas que, reconhecendo a importância das Agências Públicas de Crédito à Exportação, defenderão disciplinar os financiamentos governamentais segundo as "melhores práticas", no caso, os *arrangements*, ou o "entendimento", da OCDE.

**Elas consistem** em um regramento definido pelos países da OCDE, grupo do qual o Brasil não faz parte, que limita juros e prêmio de seguro mínimos a ser cobrados em operações de financiamento às exportações. A lógica do "entendimento" é limitar a intervenção estatal, visando (a) proteger o sistema financeiro privado (dos países do G7), (b) valorizar a concorrência legítima entre exportadores, fechando as portas para vantagens espúrias (o apoio do Esta-

**ENTENDIMENTO DA OCDE *VS.* MARGINAL AO ENTENDIMENTO**
Total em %



Distribuição 100% gratuita - Clube de Revistas

Aloizio Mercadante, presidente do BNDES, no anúncio da política industrial

GABRIEL LEMES/MDIC

do); (c) e preservar o Erário de cada país.

Ocorre que o mundo real não é bem assim. A China, fortíssima competidora no campo dos serviços de engenharia na África e na América Latina, não é da OCDE nem se deixa limitar por ela. Alguém de límpida superficialidade poderá dizer que, se for por isso, o Brasil está perdendo tempo, pois a engenharia brasileira não importa mais. Uma bobagem, pois é vital recuperá-la. Portanto, é preciso ter cuidado em aderir a regras que poderão nos inviabilizar diante de concorrentes muito poderosos. Ademais, o Brasil é mais do que construção civil. É um dos grandes na exportação de aeronaves e tem potencial para se tornar forte exportador de embarcações, material ferroviário e equipamentos da economia verde. Terá de enfrentar a China, assim como a Índia e outros países, não podendo perder espaço por causa da timidez do seu apoio financeiro, se almejar um lugar ao sol.

Fossem apenas os grandes concorrentes que não são da OCDE, seria importante ter cuidado em aceitar acriticamente regras de bom comportamento, supondo que os países do G7 as seguem. Mas o quadro é mais grave: os próprios países do G7 exploram brechas no "entendimento" para apoiar mais as suas exportações. Assim, nas operações de ajuda internacional, utilizam suas Agências Públicas de Crédito à Exportação para fazer empréstimos concessionais, *i.e.*, com juros muito mais baixos e prazos mais dilatados. Atrás da ajuda, muitas das vezes, há apoio financeiro às suas exportações.

As operações de *market window* são outro exemplo. Por meio delas, agências de crédito do G7 alegam, de modo completamente opaco, oferecer recursos em condições de mercado para escapar do "entendimento", cobrando juros mais baixos ou com prazos acima dos permitidos. A lista de escapadas em face do "entendimento" inclui o apoio de crédito à internacionalização de empresas de países do G7, sempre em condições também favorecidas, que beneficiam, direta e indiretamente, suas exportações. Acrescentem-se os financiamentos à exportação da indústria de defesa, que correm "por fora" do "entendimento", e incluem armas, munições, roupas, alimentos, equipamentos e o que mais puder ser aí classificado.

**O gráfico nestas** páginas, do US-EXIM, dá uma dimensão dos créditos públicos às exportações. É visível a perda de espaço nas práticas internacionais daqueles créditos que se submetem ao "entendimento" da OCDE. Mas aqui não faltarão vozes para defendê-lo em nome de fazer vigorar as "boas práticas".

O complexo de vira-latas faz ver corrupção e leniência em qualquer experiência desenvolvimentista no Brasil. E admira as boas práticas da OCDE. Felizmente, o Nova Indústria Brasil é sinal da emancipação dessa forma de pensar, afastando a fobia de Estado e a subserviência para ficar à altura dos nossos tempos. Não pode haver dúvida: impulsionar o financiamento público às exportações é manter a chama acesa de nossas aspirações ao desenvolvimento. •

**Antonio José Alves Jr. é professor titular do Departamento de Ciências Econômicas da UFRRJ e coordenador do Grupo de Pesquisa em Economia e Conjuntura do Sistema Financeiro; Aléxis Toríbio Dantas é diretor da Faculdade de Ciências Econômicas da UERJ; Marcelo Pereira Fernandes é professor do Departamento de Economia da UFRRJ e integrante do grupo de pesquisa Padrões Históricos do Desenvolvimento Econômico da América do Sul.*

Distribuição 100% gratuita - Clube de Revistas

A verdadeira rival dos republicanos

# A eleita

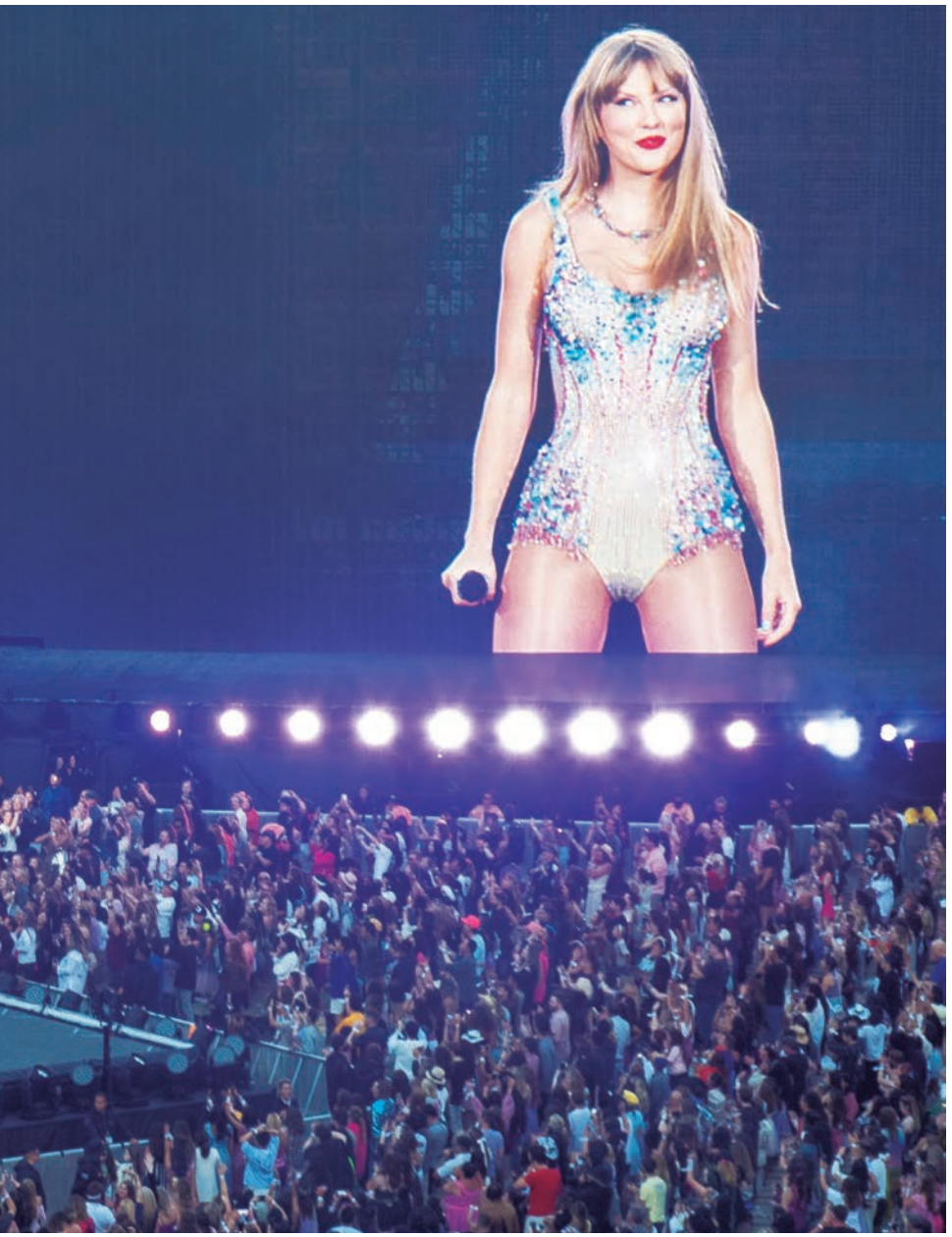
**TheObserver** A cantora Taylor Swift vira assunto central na disputa entre Donald Trump e Joe Biden

POR EDWARD HELMORE

Distribuição 100% gratuita - Clube de Revistas

TAMBÉM NESTA SEÇÃO →

pág. 46
**The Observer.**
As desculpas insinceras de Zuckerberg



MILEN CAMP-PATRICK

**O ex-presidente republicano tem obsessão pela estrela *pop***

A atual campanha para as eleições presidenciais nos Estados Unidos, sem qualquer história clara para contar e com um desânimo predominante numa revanche entre candidatos ao redor dos 80 anos, decidiu-se recentemente pela cantora Taylor Swift – e o apoio que ela poderá dar ou não a um candidato – como sua obsessão definidora.

Por um lado, as expectativas no campo da reeleição do presidente Joe Biden eram de que a superestrela de 34 anos exerceria sua influência sobre dezenas de milhares de *swifties* a favor dele. Por outro, republicanos furiosos que em princípio tentaram criticar a compositora e envolvê-la em teorias da conspiração pensaram melhor na estratégia. Segundo informou a revista *Rolling Stone*, aliados de Donald Trump prometeram iniciar uma "guerra santa" contra Swift se ela se aliasse aos democratas na eleição de novembro. Alguns teorizaram que a Liga Nacional de Futebol dos Estados Unidos, a NFL, estaria a manipular jogos a favor do namorado da cantora, Travis Kelce, do time Kansas City Chiefs, para aumentar as esperanças de apoio a Biden.

O apresentador Jesse Watters, da Fox News, afirmou que a canção de sucesso *Shake It Off (Livre-se Disso)* foi transformada em instrumento de operações psicológicas há quatro anos. O Pentágono respondeu: "Quanto a essa teoria da conspiração, vamos nos livrar dela".

**Nem todos os** republicanos aceitam, porém, os ataques a Swift. "Não sei por que essa obsessão", disse a candidata presidencial Nikki Haley à CNN. "Taylor Swift pode ter um namorado. Taylor Swift é uma boa artista. Levei minha filha aos shows dela. Ter uma teoria da conspiração sobre tudo isso é bizarro. Ninguém sabe quem ela vai apoiar, mas não consigo acreditar que isso esteja dominando a nossa política nacional."

Enquanto muitos estão preocupados se Swift poderá cruzar nove fusos horários para voltar de um show da "Eras Tour" em Tóquio para ver seu namorado jogar no Super Bowl do Kansas City Chiefs contra o San Francisco 49ers, em Las Vegas (ela poderá), a intensidade das questões políticas em torno da estrela *pop* reflete a natureza febril das eleições daqui a dez meses.

Distribuição 100% gratuita - Clube de Revistas



Sem dúvida, a artista poderia oferecer aos políticos lições sobre mensagens baseadas em valores, entendimento do público e construção de conexões verdadeiras com fãs ou eleitores. Dias atrás, Trump afirmou ser mais popular do que ela, mesmo se as narrativas baseadas em valores que ele apresenta estejam muitas vezes mais ligadas à vitimização do que à capacitação.

Uma pesquisa realizada no ano passado pela Morning Consult descobriu que 53% dos adultos norte-americanos são fãs de Swift, quase o mesmo número de homens que de mulheres, de republicanos e de democratas, incluindo integrantes das gerações *baby boom*, do milênio, geração X e jovens adultos da geração Z. Em outras palavras, um eleitorado que pode decidir o rumo de uma campanha nacional.

Trump e Biden, velhos brancos, têm dificuldade para atrair os eleitores mais jovens. Enquanto isso, mais da metade dos norte-americanos, de todos os gêneros, cores e credos, se declaram fãs de Taylor Swift

**As recentes primárias** republicanas em New Hampshire indicaram a fraqueza de Trump com as mulheres, que são a maioria dos fãs de Swift. Mas pesquisas recentes também mostraram que as porcentagens de Biden e o apoio entre os jovens eleitores caíram, e agora ele está empatado com Trump na faixa de 18 a 34 anos. "Eles não são loucos por Biden", diz Hank Sheinkopf, consultor do Partido Democrata. "Se forem votar, pode ser para se opor a Trump e sem intensidade alguma. Mas, se você está tendo dificuldades com os mais jovens e precisa fazer alguma coisa, que melhor maneira de resolver o problema, ou ao menos mostrar que é sensível a ele, do que trazer Taylor Swift?"

De acordo com David Allan, professor de marketing da Universidade Saint Joseph's, na Filadélfia, que dá um curso focado em Swift, os republicanos terão de saber navegar. "Eles precisam ter cuidado com Taylor, porque ela é extremamente popular entre as mulheres de todas as faixas e alguns homens. Você não quer parecer malvado, porque isso só vai unir os fãs dela", afirma. Por ou-

Distribuição 100% gratuita - Clube de Revistas

Nos anos 60, Frank Sinatra e Sammy Davis Jr. foram cabos eleitorais de Kennedy

CBS, KENT NISHIMURA/AFP E DAVID BEKER/AFP

tro lado, atacar Swift poderia trazer suas próprias recompensas contraintuitivas, de guerra cultural e de classes. "Você saberá que ela está tendo algum efeito se a Fox News a atacar", diz Allan. "Para Trump, ter Taylor Swift contra lhe dá algo para falar."

Uma lição importante vem das Dixie Chicks, hoje apenas Chicks, que destruíram suas carreiras antes da guerra do Iraque, quando a cantora Natalie Maines disse num show em Londres que tinham vergonha de o presidente George Bush ser do Texas. No documentário de Swift, Miss Americana, seu pai temia que uma posição política declarada pudesse colocá-la na mesma posição que as Chicks. Mas agora se acredita que Swift seja importante demais para ser comercialmente vulnerável.

Como disse o boletim da indústria musical *Hits Daily Double*, "seu domínio do mercado, por todos os ângulos concebíveis, é de alto nível. Mas ela parece ficar maior e dominar todas as áreas em que entra: os álbuns regravados, a turnê enorme, o sucesso do filme da turnê, os jogos da NFL, onde sua mera presença muda o centro de gravidade".

**Os *swifities*, fãs da cantora, teriam o condão de decidir as eleições nos EUA?**

Quer Swift apoie Biden, quer não, acrescenta Allan, "está chegando aquele ponto dos anos 60 em que se Bob Dylan ou Joni Mitchell não falassem sobre a Guerra do Vietnã ficariam prejudicados em relação a seus fãs. Se ela não fizer alguma coisa, mesmo que seja apenas para tentar aumentar a participação, vai prejudicar sua autenticidade". Em setembro, a Vote.org relatou mais de 35 mil novos registros políticos, um salto de 23% em relação ao ano passado, depois que Swift incentivou seus 280 milhões de seguidores no Instagram a se registrar.

Swift, que foi politicamente cautelosa até que apoiou o candidato democrata ao Senado pelo Tennessee, Phil Bredesen, em 2018 (ele perdeu), e depois Biden em 2020, não demonstrou qualquer interesse em ser adotada por facções políticas. Um longo ensaio no *New York Times*, segundo o qual ela era mais do que apenas amiga dos homossexuais, foi criticado por fazer suposições exageradas.

**É comum os candidatos** norte-americanos procurarem o apoio do mundo do espetáculo. "A tradição remonta a 60 anos ao menos, quando John F. Kennedy trouxe Frank Sinatra, Sammy Davis Jr., Judy Garland e outros para lhe darem apoio, e estrelas da música *country* se manifestaram principalmente pelos republicanos", observa Sheinkopf. Outros endossos musicais incluem The Allman Brothers Band e Lynyrd Skynyrd para Jimmy Carter. Músicos como Madonna, Bruce Springsteen e Lady Gaga não conseguiram, no entanto, levar Hillary Clinton até a linha de chegada em 2016, e não fez mal a Trump usar como canção de despedida o hino *gay YMCA*, do Village People, que as multidões apreciam muito.

Talvez Swift nem precise apoiar Biden formalmente, acrescenta Sheinkopf. "Mesmo divulgar isso como boato faz com que Biden pareça menos ter 81 anos e mais como se estivesse a ouvir os jovens, seus desejos subculturais e o que eles pensam sobre as coisas." O professor acrescenta: "Ela será uma tomadora de decisões e uma figura ainda maior na vida americana e internacional. Sua personalidade pública torna-se tão importante quanto sua música, e isso significa que ela ganhará muito mais dinheiro". •

*Tradução de Luiz Roberto M. Gonçalves.*

Distribuição 100% gratuita - Clube de Revistas



# Lágrimas de crocodilo

**The Observer** Zuckerberg é obrigado a mais um ato de contrição, mas as redes sociais continuam uma terra sem lei

POR CAROLE CADWALLADR

Geralmente, não aprovo esportes sangrentos, mas fico feliz em abrir uma exceção para a caça de executivos do Vale do Silício por uma comissão do Congresso. Também gosto de óculos caros e inúteis. E o afogamento simulado de CEOs de tecnologia no Congresso está bem aí, com fogos de artifício, uma sensação na retina breve e emocionante, embora inútil, e depois a escuridão.

O interrogatório de Mark Zuckerberg e seus colegas chefões do Vale do Silício foi um clássico do gênero: primeiras páginas, manchetes e um momento de constrangimento genuinamente notável, em que ele foi forçado a enfrentar as vítimas pela primeira vez e pedir desculpas: pais arrasados segurando as fotos de seus filhos mortos, perdidos para o *cyberbullying* e a exploração sexual na plataforma digital de Zuckerberg.

Menos de seis horas depois, a Meta apresentou seus resultados trimestrais, o preço das ações subiu 20,3%, proporcionando um aumento de 200 bilhões de dólares (cerca de 1 trilhão de reais) na capitalização de mercado da empresa e, se você fizer as contas, o que ele, provavelmente, faz como CEO, um docinho de 700 milhões para o próprio Zuckerberg.

Um dia depois, Biden anunciou: "Se você prejudicar um americano, nós responderemos", e lançou mísseis contra mais de 80 alvos na Síria e no Iraque. Claro, irmão, desde que os norte-americanos não sejam adolescentes com *smartphones*. As empresas de tecnologia dos Estados Unidos prejudicam habitualmente os norte-americanos e, em particular, as crianças do país, embora, para ser justo, também prejudicam habitualmente crianças de todas as outras nacionalidades. O *Wall Street Journal* mostrou que os algoritmos da Meta permitem que os pedófilos se encontrem. O secretário de Justiça do estado do Novo México processa a empresa por ser o "maior mercado para predadores e pedófilos do mundo". Um legista na Grã-Bretanha descobriu que Molly Jane Russell, de 14 anos, "morreu devido a um ato de automutilação, enquanto sofria depressão e os efeitos negativos do conteúdo *online*", que incluía vídeos do Instagram retratando suicídio.

**De que adianta colocar frente a frente um executivo do Vale do Silício e pais destroçados?**

Embora o envio de um esquadrão de elite da Marinha para Menlo Park (sede da Meta, na Califórnia) possa ser esperar demais, há outras reações que o Congresso dos EUA poderia ter exigido, tais como – aqui está uma ideia – uma lei. Qualquer lei. Uma que, por exemplo, proíba as empresas de tecnologia de tratar crianças mortas apenas como um custo dos negócios. Porque exigir que as empresas de tecnologia não permitam que pedófilos se encontrem e lidem com crianças é o mais fácil de se alcançar em termos de regulamentação tecnológica. E mesmo isso ainda não aconteceu. Os EUA precisam urgentemente agir de acordo com suas leis antitruste e desmembrar essas empresas como um primeiro passo básico. É preciso acabar com a Seção 230, a lei que dá às plataformas imunidade contra ações judiciais por hospedar conteúdo prejudicial ou ilegal.

**É preciso criar** legislação básica sobre a segurança dos produtos. Imagine que a GlaxoSmithKline lançou um novo medicamento experimental maravilhoso no ano passado. Um medicamento que tem demonstrado benefícios incríveis, incluindo a cura de algumas formas de câncer e o retardamento do envelhecimento. Também pode causar hemorragias cerebrais e abortar fetos, mas os dados a respeito ainda não foram divulgados, então teremos apenas de esperar para ver. Há uma razão para isso não acontecer. Chama-se lei. As empresas farmacêuticas passam por anos de testes. Porque elas precisam. Porque, em algum ponto, há muito tempo, o Congresso e outras legislaturas em todo o mundo fizeram seu trabalho.

A mais recente tecnologia extremamente disruptiva do Vale do Silício, a IA

Distribuição 100% gratuita - Clube de Revistas

O fundador da Meta esteve cara a cara com familiares de vítimas de abuso e *cyberbullying*

ROBERTO SCHMIDT/AFP

generativa, foi, porém, lançada no ano passado sem sequer realizar os testes de produto mais básicos exigidos pelo governo federal. Poderia haver alguma possível desvantagem em lançar essa nova tecnologia não testada num ano em que mais seres humanos vão às urnas do que em qualquer momento da história?

Na verdade, não é preciso imaginar aonde isso pode levar, porque já aconteceu. Uma *deepfake* visando um candidato progressista foi lançada dias antes das eleições gerais na Eslováquia, em outubro. É impossível saber que impacto teve ou quem a criou, mas o candidato perdeu e o candidato da oposição pró-Putin venceu. A CNN relata que a mensagem da *deepfake* ecoou a divulgada pelo serviço de inteligência estrangeiro da Rússia apenas uma hora antes de ser lançada. E onde estava o Facebook em tudo isso, você pergunta? Onde normalmente sempre está, recusando-se a retirar muitas das postagens falsas.

De volta ao Congresso dos EUA: interrogar os executivos de tecnologia é bom para preencher o tempo entre a difícil tarefa de não aprovar legislação tecnológica. Passaram-se seis anos desde o escândalo Cambridge Analytica, quando Zuckerberg se tornou o primeiro grande executivo de tecnologia a ser intimado a comparecer ao Congresso. Foi uma revelação, pois parecia que o Facebook poderia finalmente ser controlado.

**Mas a aparição** de quarta-feira 31 foi a oitava de Zuckerberg. Nem o Facebook, nem qualquer outra plataforma tecnológica, foi subjugada. Os Estados Unidos não aprovaram uma única lei federal. Enquanto isso, o Facebook fez certa lavagem tecnológica de seu nome para remover o fedor dos escândalos de dados e da infiltração do Kremlin, e de vez em quando oferece seu CEO para um massacre ritual no Senado.

Para compreender o domínio cada vez menor dos EUA no mundo, sua legislatura quebrada e sua captura pelos interesses corporativos, o simbolismo de um senador a forçar Zuckerberg a pedir desculpas aos pais enlutados, enquanto o Congresso, aquele grande edifício branco invadido por rebeldes que se encontraram nas plataformas de rede social, não faz absolutamente nada para restringir o poder singular de sua empresa, é tão bom quanto qualquer lugar para começar.

Tivemos oito anos para aprender as lições de 2016, e ainda assim aqui estamos. A Grã-Bretanha respondeu enfraquecendo o órgão que protege as eleições e degradando as leis de proteção de dados para "desbloquear oportunidades pós-Brexit". As comissões do Congresso norte-americano são agora um culto popular que passa por movimentos ritualizados de prestação de contas. Entretanto, há no mercado uma nova droga tecnológica milagrosa que pode criar oportunidades econômicas incalculáveis ou armas biológicas letais e a desestabilização do que resta da democracia liberal. Provavelmente ambos. •

*Tradução de Luiz Roberto M. Gonçalves.*

Distribuição 100% gratuita - Clube de Revistas



# Tirar dos super-ricos

**The Observer** Para Ingrid Robeyns, autora da filosofia do "limitarismo", a criação de um teto para as grandes fortunas é a única forma pela qual se pode enfrentar a desigualdade

POR TIM ADAMS

Distribuição 100% gratuita - Clube de Revistas

TAMBÉM NESTA SEÇÃO →

pág. 52
**Graciliano Ramos.** O autor entra em domínio público e *Angústia* ganha nova edição

Há algumas boas perguntas que, embora urgentes, quase nunca são feitas. Se falamos sobre salários mínimos, por que não discutimos salários máximos? E por que os políticos tratam do mínimo com o qual uma família consegue sobreviver, mas não do outro extremo da escala da desigualdade: que nível de riqueza seria excessivo?

No mês passado, enquanto os multimilionários viajavam em jatos privados para Davos, a Oxfam lançava seu relatório anual sobre o abismo crescente entre esses poucos felizardos e os outros 8 bilhões de pessoas com as quais lucram e compartilham os recursos do planeta.

O relatório deste ano, intitulado *Desigualdade S.A.*, articula a tendência presenciada por todos. Enquanto a maioria das pessoas, nos níveis local, nacional e global, tenta sobreviver com os mesmos rendimentos ou menos, os ricos e os muito ricos adquirem fortunas fenomenalmente maiores ano após ano.

O relatório revela que, desde 2020, "60% da humanidade ficou mais pobre enquanto os bilionários estão 3,3 trilhões de dólares ou 34% mais ricos do que eram no início desta década de crise". As fortunas dos cinco homens mais ricos do mundo mais que duplicaram no período, com um acréscimo de 464 bilhões de dólares.

Eleitores e políticos vão, simplesmente, continuar ignorando esse crescente abismo? Pode parecer que sim. O vergonhoso governo da Grã-Bretanha, liderado pelo bilionário Rishi Sunak, parece apostar suas magras chances de reeleição na redução drástica ou abolição do imposto sobre heranças – a mais benéfica política para famílias tão ricas quanto a dele. Em que momento surgirá a pergunta "não chega"?

Para Ingrid Robeyns, professora de Filosofia e Economia na Universidade de Utrecht, nos Países Baixos, a urgência dessa pergunta é antiga. Ingrid não apenas defende um limite para a riqueza como também se dispõe a atribuir um número a ela. Na verdade, dois: o primeiro é uma ambição política; o segundo, um apelo à consciência ética. "Num país com um perfil socioeconômico semelhante ao dos Países Baixos, onde vivo, deveriam ter como objetivo criar uma sociedade em que ninguém tenha mais de 10 milhões de euros. Não deveria haver decamilionários."

**Por que se fala do mínimo necessário para a sobrevivência, mas não se pergunta que nível de riqueza é excessivo e destrutivo?**

Essa aspiração, que Ingrid chama de "limiar político realista", vem acompanhada de um segundo número, que é mais um apelo à moralidade coletiva. "Defendo", argumenta, "que para as pessoas que vivem numa sociedade com um sistema de aposentadorias sólido, o limite ético (de riqueza) seja ao redor de 1 milhão de libras, dólares ou euros por pessoa." Esses limites, sugere, não só criariam sociedades mais justas e eficazes, como representam os níveis máximos que também tornariam os indivíduos, aí incluídos bilionários e decamilionários, mais felizes – a quem discordar, recomendo ver ou rever a série *Succession*.

KEKE KEUKELAAR E PILAR VELLOSO

**Trilhões.** A economista analisa os efeitos da riqueza privada sobre a esfera pública

**Ingrid tem um nome** para essa filosofia: limitarismo, título de seu novo livro, *Limitarianism: The Case Against Extreme Wealth*. Ela tem 51 anos, cresceu na Bélgica e obteve o doutorado em Cambridge, com Amartya Sen, o guru da economia do desenvolvimento. Enquanto a maioria de seus colegas se dedicou a ideias para reduzir a pobreza, ela se concentrou no outro lado da desigualdade – os efeitos da riqueza privada excessiva, repugnante, em nossa esfera pública precária e nossa democracia e meio ambiente em desmanche. O nivelamento, argumenta, nunca será possível sem uma drástica redução no nível de riqueza.

Quando falei com ela sobre o livro, perguntei-lhe se se sentia uma herege ao propor essas ideias. Ela riu. "Na filosofia política", disse, "nós simplesmente vamos aonde as discussões nos levam. O livro foi lançado na Holanda em novembro passado e despertou reações polarizadas. "Muitas pessoas dizem: 'Tenho pensado nisso durante toda a minha vida'", relata. "Algumas, simplesmente, surtam e me dizem: 'Isso é loucura!' E posso compreender que, se você foi criado nesse paradigma capitalista neoliberal, como penso que quase todo mundo foi, tende a acreditar que não deve haver limite para as recompensas."

O livro revela todos os aspectos dessa falácia. Alguns deles são: a ideia de

Distribuição 100% gratuita - Clube de Revistas



que qualquer discussão sobre um limite à riqueza é causada por inveja; ou que as pessoas merecem a riqueza porque os milhões são obtidos principalmente com trabalho árduo e talento, e não sorte e oportunidades extremamente desiguais.

"Todos acreditamos que, como meta social, queremos tentar erradicar a pobreza'. Mas vamos olhar também para o outro lado: deveríamos e devemos minimizar o número de pessoas super-ricas e o volume da riqueza concentrada", explica.

O livro explora as consequências negativas da super-riqueza não só para a coesão social e a democracia, mas para a produtividade, a saúde mental e física e as mudanças climáticas. A concentração de riqueza em poucas mãos está, em menos palavras, "incendiando o mundo". "Poderíamos fazer muito mais com esse dinheiro", diz.

A principal razão para que se dê tão pouca atenção aos potenciais benefícios dos limites à riqueza, afirma a autora, é que os beneficiários desse sistema continuam sendo "extremamente inteligentes ao emoldurar esse conjunto de políticas como não ideológicas". Isso se faz, por exemplo, por meio das organizações de mídia que eles compram.

A filosofia de riqueza baseada na ideia de que "o céu é o limite" – para oligarcas, xeques, jogadores de futebol, CEOs de tecnologia, investidores em fundos *hedge* e advogados e banqueiros que os apoiam – passou a ser considerada uma consequência "normal" dos mercados livres. Apesar de a economia que "escorre de cima para baixo" ter sido há muito desacreditada, aparentemente continuamos escravos da mitologia dos "criadores de riqueza" e de todos os seus zeros.

**Platão afirmou ser impossível criar uma sociedade coesa se os cidadãos mais ricos ganhassem mais de quatro vezes os salários dos mais pobres**

Mas, como argumenta Ingrid, as riquezas em cascata são uma opção política como qualquer outra, afinal de contas, "regulamos os mercados de maneiras diferentes o tempo todo". Os críticos de suas ideias tendem a dizer que ela é ingênua ou comunista, ou ambos. Ela insiste não ser nenhuma dessas coisas e refuta tais argumentos, defendendo que impor um limite máximo aos rendimentos e à riqueza é não apenas ético, mas racional.

Nessa discussão, ela pode citar como companheiros de viagem Thomas Piketty, autor do *best seller O Capital no Século XXI*, e filósofos da democracia que remontam a Platão – que afirmou ser impossível criar uma sociedade coesa se os cidadãos mais ricos ganhassem mais de quatro vezes os salários dos mais pobres. No ano passado, Jeff Bezos ganhou, a cada nove segundos, o salário médio de um de seus empregados na Amazon.

**Para que a sociedade** busque esse reequilíbrio, diz, é necessária uma reforma radical da tributação, que se concentre na riqueza e não na renda. Sua tese é que a herança é a vantagem não meritocrática máxima, e deve ser, essencialmente, um benefício coletivo, não familiar. "A grande maioria das pessoas não recebe quase nada (da geração anterior). E há pessoas que apenas perpetuam essas dinastias de multimilionários e bilionários."

Os plutocratas em Davos têm estado, sem dúvida, cheios de ideias sobre como devemos pensar de modo diferente para solucionar as crises políticas, econômicas e ambientais. Mas, como nos lembra a autora, esse hábito de "pensar no céu azul" tende a não discutir a ligação fundamental entre essas crises e o acúmulo de riqueza e a filantropia privada seletiva, com "eficiência tributária", dos próprios delegados à cúpula.

E Ingrid sugere que, para as ideias limitaristas ganharem força, grande parte do impulso terá de vir dos próprios milionários e multimilionários. "Posso ser otimista demais em relação a isso", diz ela, "mas penso que, às vezes, essas pessoas têm um momento na vida que desencadeia esses pensamentos."

Seu livro oferece alguns estudos de caso de indivíduos fabulosamente ricos que compreenderam os efeitos de suas fortu-

**Abismo.** Bezos ganha, a cada nove segundos, o salário médio de um empregado seu

Distribuição 100% gratuita - Clube de Revistas

HBO E MIKE TSUKAMOTO/AIR FORCE MAGAZINE

**Dinastias.** A autora defende que a herança, tema em torno da qual gira a série *Succession (acima)*, deve ser um benefício coletivo e não familiar

nas não só na economia e no planeta, mas no seu próprio bem-estar. O bilionário irlandês-americano Chuck Feeney, que ganhou dinheiro com o monopólio das *free shops* nos aeroportos, não teve maior prazer do que doar todo o seu dinheiro. Mackenzie Scott, ex-mulher de Jeff Bezos, tem distribuído bilhões de dólares do seu acordo de divórcio por ano, com base no fato de que "ela os está devolvendo ao local (à sociedade) de onde vieram".

Outros, como a herdeira do entretenimento Abigail Disney, ou o grupo britânico "Patriotic Millionaires", simpatizam com os fundamentos das ideias de Robeyns. Em Davos, 250 milionários e bilionários simpatizantes desses grupos assinaram uma carta aos líderes mundiais exigindo um imposto sobre a riqueza: "Isto não vai alterar fundamentalmente o nosso nível de vida, nem privar nossos filhos, nem prejudicar o crescimento econômico dos nossos países. Mas transformará a riqueza privada extrema e improdutiva em um investimento para o nosso futuro democrático comum".

Nas mentes de outros bilionários, essas reflexões nascem do realismo ou do medo. Nick Hanauer vendeu sua empresa de publicidade na internet para a Microsoft por 6,4 bilhões de dólares em 2007. Em 2019, escreveu um memorando aberto a seus "companheiros zilionários" sobre as lições da história: "Se não fizermos algo para corrigir as flagrantes desigualdades, os forcados virão atrás de nós".

**"É, provavelmente,** verdade que, no passado, já teria havido um incêndio de castelos", diz Ingrid. Ela espera, em vez disso, que um "ecossistema de acadêmicos, livros e filmes", bem como uma onda popular com ambições semelhantes às do movimento Occupy – "nós somos os 99%".

Seu livro quer iniciar uma conversa sobre limites, se não for tarde demais. Depois de suas palestras sobre o assunto, alguns membros da plateia perguntam: "Por que se concentrar nos super-ricos e não em todos nós aqui, que provavelmente temos mais do que precisamos?"

Ela concorda com esse sentimento apenas até certo ponto: "Há algo especial na extremidade superior da desigualdade. Obviamente, você e eu poderíamos pagar mais impostos ou doar mais para instituições de caridade, mas não temos o poder de minar a democracia ou negar a justiça climática, como fazem alguns bilionários".

Pergunto se, enquanto escrevia o livro, ela ouvia uma voz em sua cabeça criticando-a: "Vamos lá, isso nunca vai acontecer". "Claro", ela diz, "muitas pessoas, ao lerem meu livro, perguntarão: 'O que posso fazer'? Pode parecer que jamais poderemos resolver isso, mas minha resposta é que é dever daqueles que estão em posições relativamente seguras assumir suas responsabilidades como cidadãos, apresentar os argumentos. Ser voluntários. Envolver-se na comunidade. Sou uma pessimista natural", diz, "mas desistir não é uma opção." •

*Tradução: Luiz Roberto M. Gonçalves.*

Distribuição 100% gratuita - Clube de Revistas

A obra do autor entrou, em janeiro, em domínio púlbico

# O velho Graça de novo em voga

**LITERATURA** *Angústia*, terceiro romance de Graciliano Ramos, dá a largada a uma corrida pela reedição das obras do autor

POR FÁBIO MASCARO QUERIDO

Graciliano Ramos, nascido em 1892, no município de Quebrangulo (AL), é um dos principais nomes do realismo social na literatura brasileira. Livros como *São Bernardo* (1934) ou *Vidas Secas* (1938) fizeram do escritor alagoano um dos grandes representantes do "romance de 30" – denominação que tem, como referência, a segunda geração do Modernismo, chamada de "regionalista".

Não deixa de ser interessante, portanto, que a Editora Todavia tenha da-

Distribuição 100% gratuita - Clube de Revistas

do a largada à Coleção Graciliano Ramos (*ler texto à pág. 54*) com a publicação de *Angústia*, originalmente lançado em 1936, quando o escritor estava encarcerado pelo regime varguista. Simultaneamente, agora que a obra do autor entrou em domínio público, a editora publica também, por seu selo infantil, Baião Livros, o inédito *Os Filhos da Coruja*, baseado em poema escrito por Ramos em 1923.

Terceiro romance do autor, *Angústia* é "sua obra mais ousada, vanguardista, ambiciosa", como destaca na introdução Thiago Mio Salla, professor da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP) e responsável pela coleção.

**Para Antonio Candido** – cujo ensaio sobre o romance escrito para o jornal *Diário de S. Paulo*, em 1945, figura como posfácio desta nova edição –, *Angústia* pode ser a obra-prima de Graciliano, mas é nesse livro "que devem ser procuradas as suas melhores frases". "Defeituoso no conjunto", prossegue Candido, "ele contém certos trechos que não podem ser considerados senão admiráveis."

Não que os artifícios narrativos utilizados em *Angústia* não tenham sido mobilizados nos romances anteriores, a exemplo de *Caetés*, de 1933, ou do próprio *São Bernardo*. Mas, desta vez, a narração em primeira pessoa, por meio de um anti-herói em torno do qual o enredo se desdobra, atinge um novo patamar.

Sabe-se que Graciliano era preciosista com os próprios textos, revisando-os sempre que podia. Esse foi, especialmente, o caso de *Angústia*, volta e meia criticado por ele mesmo como mal escrito e cheio de erros de edição. Não por acaso, Salla e a Todavia optaram por tomar como base não o texto da quinta edição, a última a ter sido revista em vida pelo escritor – morto em 1953, vitimado pe-

ARQUIVO NACIONAL

# UMA CORUJA E UM GAVIÃO EM VERSOS

## Os *Filhos da Coruja*, lançado ao mesmo tempo que *Angústia*, recupera um poema inédito, escrito à mão na década de 1920

POR ANA PAULA SOUSA

*Os Filhos da Coruja* (Baião, 36 págs., 66,90 reais), lançado pelo selo infantil da Todavia, nasce de um poema escrito à mão, com data de 5 de setembro de 1923, e assinado por J. Calisto – um dos muitos pseudônimos adotados por Graciliano Ramos no início da carreira.

A edição traz o poema no meio do livro, em um folheto laranja, de quatro páginas. As demais páginas são todas dedicadas às pinturas de Gustavo Magalhães, que explora, entre o realismo e certo toque expressionista, os personagens da fábula contada em verso: a coruja, seu compadre gavião e os três filhotes da coruja.

Segundo os editores, *A Águia e o Mocho*, de La Fontaine, foi a principal inspiração de Graciliano para essa história, na qual uma mãe tenta proteger seus pequenos filhotes.

O relato é forte e, para as crianças, a linguagem pode ser de difícil compreensão.

Graciliano trabalha com construções próximas ao mais antigo português usado em Portugal – "Não mos coma, senhor", clama em um verso a coruja – e a própria moral do poema é complexa.

A publicação desse texto, até aqui inédito, gerou insatisfação em Ricardo Ramos Filho, neto de Graciliano.

Em entrevista ao jornalista Walter Porto, da *Folha de S.Paulo*, ele afirmou que o avô "se considerava um mau poeta" e que, certamente, ficaria insatisfeito em ver esses versos tornados públicos.

A editora, por outro lado, deixa impressa na contracapa uma visão diferente. *Os Filhos da Coruja*, lê-se, entrega o que há de melhor em Graciliano: "O caráter abertamente crítico, que revela aquilo que Antonio Candido (...) chamaria de 'pesquisa progressiva da alma humana'".

E é de fato impressionante ver como, nesses versos com menção à seca e à fome – sentida pelo gavião –, avizinha-se o que cresceria em *Vidas Secas*.

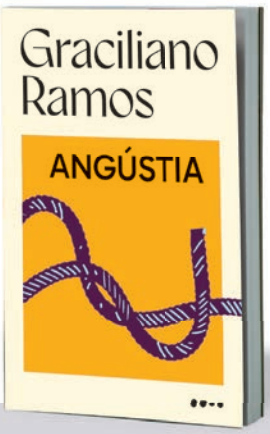
**A acompanhar o texto, que coube em quatro páginas, estão a ilustrações de Gustavo Magalhães**

Distribuição 100% gratuita - Clube de Revistas


lo câncer– mas anotações anteriores.

Estruturado através da memória de Luís da Silva, funcionário público de 35 anos, "homem de ocupações marcadas pelo regulamento" e autor eventual de artigos para a imprensa, o livro é composto de uma torrente de digressões e fluxos de consciência, embaralhando qualquer objetividade social mais evidente.

**Assim, se a preocupação** com as mazelas do país periférico continua presente, ela é agora contrabalanceada pela subjetividade onipresente do narrador. Oriundo das elites oligárquicas decadentes, obrigado a se acomodar precariamente à vida urbana na capital Maceió, Luís da Silva vai relembrando acontecimentos do presente e do passado com uma velocidade estonteante.




*ANGÚSTIA*
**Graciliano Ramos.** Todavia
(320 págs., 64,90 reais)

O centro do enredo é o seu embate com Julião Tavares, bacharel e filho de rico comerciante pelo qual sua pretendente, Marina, se apaixonou após ter dilapidado, para o casamento que não houve, as parcas economias acumuladas pelo noivo. A Luís da Silva só restava, então, dar vazão aos seus impulsos assassinos, matando por estrangulamento o antagonista econômico e sentimental.

O resultado é uma narrativa em que meditações psicológicas, quando não psicanalíticas, se entrelaçam com aspectos da vida social da época, marcada pela ascensão de certos ramos das elites em detrimento de outros. Com isso, o "drama coletivo" é tragado pelo "drama pessoal" do narrador, a pon-

## PEPITA DE OURO LIVRE NO MERCADO

Além da Todavia, Companhia das Letras, Record, a casa do escritor há décadas, e Rocco têm lançamentos previstos para 2024

Por trás do projeto da Todavia de reedição da obra da Graciliano Ramos está uma lei: a Lei do Direito Autoral Brasileiro, segundo a qual a obra de um autor entra em domínio público no ano seguinte ao 70º aniversário de sua morte. No caso de Graciliano, o ano em que isso aconteceu foi este.

É comum que a entrada de uma obra importante em domínio público gere uma corrida no mercado editorial. Com Graciliano Ramos, nome gigante no panteão literário brasileiro, não poderia ser diferente.

E, nessa corrida, a Todavia saiu na frente, com o anúncio da Coleção Graciliano Ramos, inaugurada com o lançamento de *Angústia*.

A edição tomou por base um exemplar da quarta edição da José Olympio, com correções e anotações feitas pelo autor, em 1949, mas não totalmente incorporadas à edição de 1953, a última antes de sua morte.

Em abril, a editora lança *Vidas Secas*, o livro considerado não apenas sua obra-prima, mas, reconhecidamente, também seu *best seller* – segundo a reportagem da *Folha de S.Paulo*, foram 2 milhões de exemplares vendidos até hoje.

Tanto *Vidas Secas* quanto *Angústia* serão lançados também pela Companhia das Letras, em fevereiro, por meio do selo Penguim-Companhia – que trabalha com edições de mais baixo custo. Mais adiante, virão ainda *São Bernardo* e *Memórias do Cárcere*.

A Record, casa de Graciliano desde 1975 e que tem um contrato em vigor com a família – a quem seguirá pagando direitos autorais pelo menos até o fim desse contrato, em 2029 –, lançou um *box* com *São Bernardo*, *Angústia* e *Vidas Secas*.

Todos os volumes trazem,

Distribuição 100% gratuita - Clube de Revistas

to de Candido qualificar (em 1945, vale lembrar) Luís da Silva como "o personagem mais dramático da moderna ficção brasileira".

A intensidade errática da introspecção, sempre excessiva e transbordante, é tamanha que faz com que o leitor se questione sobre a sua veracidade factual: não seria tudo aquilo mera alucinação de um narrador angustiado e marcado pelo complexo de inferioridade em relação ao oponente?

**É o próprio Luís da Silva,** aliás, quem sugere tal situação fantasmagórica. "A lembrança chega misturada com episódios agarrados aqui e ali, em romances. Dificilmente poderia distinguir a realidade da ficção", diz ele. "Seria tudo ilusão?", se pergunta mais ao final do romance.

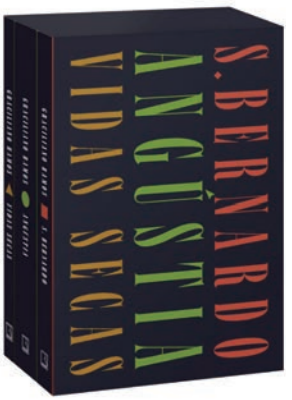
**Em *Angústia*, o autor ilumina, por meio da intimidade do narrador, nossa realidade perversa**

Estamos no meio de um turbilhão de emoções, o que nos instiga a uma indagação permanente a respeito do andamento da história. É como se esse distanciamento ficcional, impulsionado pelo próprio narrador/autor, nos permitisse ultrapassar os limites de uma vida social asfixiante. Transfigurada, a realidade pode ser vista como passível de ser transformada, sujeita que está àquilo que dela fazem os que nela vivem.

Em *Angústia*, o escritor alagoano nos mostra que o interesse pela dinâmica social perversa do país periférico não é contraditório com a potência da imaginação ficcional. Na verdade, pode ser o contrário: ao filtrar a realidade pelas lentes da subjetividade do narrador, Graciliano Ramos constrói um mundo próprio que, por contraste, ilumina de modo inesperado aspectos fundamentais do mundo "real".

E não é justamente isso o que caracteriza um grande escritor? •

**Fábio Mascaro Querido é professor de Sociologia da Unicamp.*




***Vidas Secas*, que deu origem ao filme de Nelson Pereira dos Santos (*à esq.*) e é um *best seller*, sairá por três grandes editoras e compõe um *box* da Record (*acima*)**

como atrativos, novos prefácios, notas de rodapé e textos críticos inéditos ou recuperados, como os de Antonio Candido presentes em *Angústia*.

Mas, para além dos grandes títulos, o mercado oferecerá uma série de outros volumes, tanto com textos inéditos do autor, como a compilação de relatórios por ele redigidos durante sua gestão como prefeito de Palmeira dos Índios (AL), quanto com derivações de sua literatura.

A Rocco, de acordo com reportagem do jornal *O Globo*, lançará, no segundo semestre, uma antologia de contos inspirados em *Vidas Secas*, que se tornou um grande filme, em 1963, pelas mãos de Nelson Pereira dos Santos.

O diretor, nome-farol do Cinema Novo, viria a adaptar também, em 1984, *Memórias do Cárcere*. O terceiro livro de Graciliano a ter uma memorável versão cinematográfica foi *São Bernardo*, adaptado por Leon Hirszman, em 1972.

**- por Ana Paula Sousa**

MGM/IMS

Distribuição 100% gratuita - Clube de Revistas


# A história revista e desvendada

**SÉRIE** *OPERAÇÃO CONDOR* COMEÇA A SER RODADA ESTE MÊS E PERCORRERÁ SETE PAÍSES DA AMÉRICA LATINA

Foi dada a largada, no início deste mês, para as gravações da série *Operação Condor*, que procura revisitar a Operação Condor, uma aliança feita pelas ditaduras latino-americanas, entre as décadas de 1970 e 1980, para combater seus opositores políticos.

"Bucaremos lançar luz sobre um dos períodos mais sombrios da história da América Latina", diz o diretor Cleonildo Cruz, que fez, em 2015, o documentário *Operação Cóndor, Verdade Inconclusa*. "Temos um compromisso com a verdade e a memória histórica, elementos fundamentais para a construção de sociedades justas e democráticas."

**Cruz conta ter** recebido da Corte Interamericana de Direitos Humanos um documento que reconhece a relevância do projeto que terá o economista Luiz Gonzaga Belluzzo, colunista de *CartaCapital*, como codiretor e analista econômico desse evento histórico.

A série será composta de sete episódios, cada um deles centrado em um país: Chile, Brasil, Argentina, Bolívia, Peru, Paraguai e Uruguai. E já tem a previsão de exibição nas tevês públicas de todos esses países.

De acordo com Cruz, algumas das perguntas que devem nortear a abordagem documental são: quem constituía, à época, o mercado financeiro e que empresas transnacionais contribuíram com volumes gigantescos e colossais para legitimar e apoiar as violentas ditaduras da América Latina.

O primeiro episódio, por exemplo, chamado *Chile, Pablo Neruda*, abordará o assassinato do poeta 12 dias após o golpe militar liderado por Augusto Pinochet. O Brasil será abordado no segundo episódio.

No conjunto, a série promete ser um documento importante sobre um momento histórico sangrento que até hoje nos constitui. •

**O projeto já tem exibição garantida nas tevês públicas dos países envolvidos e será codirigido por Luiz Gonzaga Belluzzo**

ARQUIVO/CARTACAPITAL

Distribuição 100% gratuita - Clube de Revistas

**AFONSINHO**

Primeiro jogador de futebol a conquistar o passe livre, foi ídolo do Botafogo nos anos 1960. Médico, usou o esporte para auxiliar no tratamento de pacientes psiquiátricos

# Zebras de início de ano

▶ **É historicamente comum que, na pré-temporada, times menores se saiam bem e coloquem os grandes em situação complicada**

Ninguém precisa arrancar os cabelos com os resultados deste começo de temporada. Nem mesmo o Corinthians, que foi parar na zona de rebaixamento depois de uma atordoante derrota para o Novo Horizontino, por 3 a 1, no domingo 4.

Times com menores investimentos têm melhores condições de se preparar na abertura do ano, justamente porque, em geral, não estão envolvidos em tantas disputas simultâneas. Sempre acontece de um ou outro aprontar e surpreender. Isso não é novidade.

No rol de surpresas pré-carnaval sobrou para todo mundo, até para o Palmeiras, o bambambã da atualidade.

No mesmo domingo 4, em um Mineirão com são-paulinos de um lado da arquibancada e palmeirenses do outro, o time de Abel Ferreira não conseguiu fazer com que nenhuma das bolas chutadas para o gol nos 90 minutos da partida entrasse e, nos pênaltis, perdeu a Supercopa Rei 2024 para o São Paulo.

Nesta profusão de campeonatos, copas e torneios, da chamada pré-temporada só restou mesmo o nome.

Além das competições em território brasileiro, vai rolando o pré-olímpico, que também nos provocou um susto.

Na segunda-feira 5, a equipe brasileira foi derrotada pelo Paraguai em Caracas, na Venezuela, e provocou, no mínimo, apreensão quanto à classificação para os Jogos Olímpicos.

Em meio às consequências disso tudo, surgiu um fato curioso e interessante, provocado pela demissão do técnico do Corinthians, Mano Menezes, que já disse que não abre mão de nem uma fatia da multa rescisória.

Mas, bem, o que é curioso é que o Corinthians tentou contratar, para o seu lugar, Márcio Zanardi, do São Bernardo. E o plano deu errado.

É que o regulamento do Campeonato Paulista impede que um treinador comande duas equipes na mesma edição do estadual, e Zanardi esteve à frente do São Bernardo nos cinco jogos do torneio.

No fim, acertou-se a contratação do português António Oliveira, ex-atleta do Benfica, que chegou ao futebol brasileiro em 2020.

**O episódio de Zanardi** me trouxe à memória um fato ocorrido quando voltei ao XV de Jaú, fazendo parte do time que o Galo da Comarca resolveu preparar para disputar a Série A do Campeonato Paulista depois de conquistar o acesso.

De repente, resolveram interromper a proposta inicial e, com isso, deu-se o desmonte do grupo contratado. Como sempre acontece, sabíamos que, para receber os valores devidos, seria uma luta inglória.

Resolvemos então partir para o meio jurídico e obtivemos uma autorização para receber do São Paulo, que havia contratado, do XV de Jaú, o zagueiro Estevão – que, por sinal, estava fazendo excelente campanha.

Fui ao Morumbi com a autorização e, enquanto aguardava o pagamento, fiquei nas cadeiras do Estádio Cícero Pompeu de Toledo conversando com o amigo Forlan, guerreiro uruguaio, enquanto o time treinava no gramado.

Perguntei ao parceiro, então jogando no tricolor, quem se destacava entre os jovens que haviam subido para o quadro de profissionais.

E assim fiquei sabendo de Silas e Muller que, logo em seguida, passariam a titulares do timaço formado naquele ano.

Isso tudo é para dizer que, em São Paulo, as coisas são levadas mais a sério. Tive problema semelhante em outros lugares e os casos não se resolveram com essa seriedade.

Outro assunto dominante no mundo do futebol nesta semana foi a notícia do início do julgamento de Daniel Alves. É triste pensar como uma pessoa com todas as condições de ter uma vida bem resolvida entra numa situação como essa. Dentre as notícias, chamou também minha atenção uma vinda da Espanha.

Um estudioso analisou a frequência enorme de erros de arbitragem em casos de impedimento em todas as partes do mundo. A conclusão é de que a visão humana, de forma geral, não é capaz de distinguir com precisão a infração pela diferença dos ângulos estabelecidos nas diferentes posições do árbitro e dos jogadores em questão.

E dos momentos extravagantes destaco o ocorrido no jogo entre o Maranhão e o ABC de Natal. Numa jogada muito disputada na pequena área, o goleiro fez grande defesa e caiu com a bola agarrada entre os braços.

O zagueiro, ao querer ser solidário com o companheiro, agachou e, além de um toque no goleiro, deu, num gesto natural, um "tapinha" na bola dentro da área. Esse movimento provocou a reação do juiz: pênalti! Como diria Arnaldo César Coelho, "a regra é clara". Mas nem sempre é justa. •

redacao@cartacapital.com.br

BAPTISTÃO

Distribuição 100% gratuita - Clube de Revistas

Distribuição 100% gratuita - Clube de Revistas

# CARNAVAL DE OFERTAS

Só em fevereiro você assina *CartaCapital*
por um preço que é uma folia!

**CartaCapital**
***Digital***

**Assine por um ano e pague apenas**

**R$6,90/mês**

- ✓Acesso à revista digital semanal + todos os conteúdos do site
- ✓Conteúdos exclusivos para assinantes
- ✓Descontos em cursos

bit.ly/cartadigital_fev24

**CartaCapital**
***Impressa + Digital***

**Assine por um ano e pague apenas**

**R$81,90/mês**

- ✓Receba a revista semanal na sua casa + tenha acesso a todos os conteúdos do site
- ✓Conteúdos exclusivos para assinantes
- ✓Descontos em cursos

bit.ly/cartaimpressa_fev24

Além disso, você recebe informações antecipadas
sobre as novidades de *CartaCapital!*

**Aproveite, é só durante este mês de fevereiro!**

## Assine agora

Carta

Distribuição 100% gratuita - Clube de Revistas

# Seu leão pode colorir a vida de muitas crianças

## Doe seu Imposto de Renda para o Hospital Pequeno Príncipe

**No Brasil, apenas 3,15% do potencial de doação de IR da população foi destinado para instituições filantrópicas em 2020. Isso representa mais de R$ 8 bilhões que poderiam impactar o cenário da saúde no país.**

E você, ao destinar seu Imposto de Renda para os projetos do maior hospital pediátrico do Brasil, pode contribuir para mudar essa realidade, de forma fácil e sem custos. Ajude a transformar a vida de milhares de crianças e adolescentes.

Acesse **doepequenoprincipe.org.br** e veja como doar.

**Contamos com você!**

**(41) 2108-3886** **(41) 99962-4461**

doe**pequeno**principe**.org**.br

10 anos

HOSPITAL pequeno PRÍNCIPE

CLUBE DE

# REVISTAS

**Entre em nosso grupo no Telegram t.me/clubederevistas**

**Clique aqui!**

**Tenha acesso as principais revistas do Brasil de forma gratuita!**